questões globais

A Ética e os Meios de Comunicação

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos • Abril de 2001, Vol. 6, Nº 1

“Os jornais locais norte-americanos, sejam eles grandes ou pequenos, relatam o dia-a-dia da nossa nação, do nosso povo... Reúna-os todos e os jornais comunitários não apenas contarão a história da liberdade dos Estados Unidos, (eles) são a própria história.”

Colin Powell, Secretário de Estado dos Estados Unidos
Palestra para a Associação Norte-Americana de Jornais,
25 de março de 2001

Editorial

As garantias constitucionais norte-americanas de liberdade de imprensa e de expressão asseguraram a existência de uma imprensa em grande parte sem regulamentação governamental. Isso não significa que os meios de comunicação não tenham padrões. Nesta publicação, renomados especialistas norte-americanos exploram o papel central da ética dos meios de comunicação como valores fundamentais que moldam o funcionamento do jornalismo nos Estados Unidos.

No sistema norte-americano, nossos meios de comunicação livres são fonte essencial de informações bem no centro de uma sociedade livre. Esse papel fundamental fornece aos meios de comunicação seu próprio poder que, quando utilizado de forma irresponsável, pode ameaçar uma sociedade livre. Como devemos então administrar este desafio?

Em muitas nações, o governo toma para si o papel de regulador principal dos meios de comunicação. Nos Estados Unidos, nossa solução foi confiar nas forças de mercado, na concorrência, na responsabilidade e em um conjunto altamente desenvolvido de autocontroles, que chamamos de ética jornalística.

A ética jornalística proporciona um processo através do qual erros e excessos individuais são corrigidos sem colocar em risco o objetivo final de meios de comunicação livres: proporcionar verificação saudável dos centros de poder, a fim de manter uma sociedade livre e esclarecida.

O rádio, a televisão e a Internet criaram um novo conjunto de desafios que agora se apresentam aos Estados Unidos, na forma de estrutura de regulamentação governamental, mas sempre no contexto de princípios constitucionais básicos e proteção da nossa imprensa livre.

Os jornalistas de todas as partes detêm papel vital para fornecer ao público conhecimento e compreensão. Mas, à medida que desempenham seu trabalho em um mundo em mudanças tecnológicas e geográficas, padrões sistemáticos necessitam guiar o seu trabalho. Somente desta forma, os jornalistas servirão sua sociedade de forma eticamente responsável e construtiva.

questões globais
Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos
Abril de 2001 Volume 6, Número 1

índice

A Ética e os Meios de Comunicação

em foco

Como Definir o Território do Quarto Poder 6
A Primeira Emenda, a economia e a pré-disposição contra a regulamentação desempenham papéis importantes no modelamento da liberdade de imprensa nos Estados Unidos.
Nicholas Johnson, professor visitante de Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Iowa

o jornalismo atual nos estados unidos

O Papel dos Meios de Comunicação na Construção das Comunidades 10
Um novo tipo de jornalismo desafia os cidadãos a envolver-se e ajudar a cuidar dos problemas das suas comunidades.
Jan Schaffer, diretor executivo, Centro Pew de Jornalismo Cívico

Por que a Democracia Necessita do Jornalismo Investigativo 15
O jornalismo investigativo permanece sendo uma das mais importantes contribuições feitas pela imprensa à democracia, mas os jornalistas neste campo necessitam determinar constantemente a ética das suas técnicas.
Silvio Waisbord, autor de "Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy" (O Jornalismo Vigilante na América do Sul: Notícias, Responsabilidade e Democracia)

Jornada através do "Campo Minado da Ética" 19
Um repórter investigativo enfrenta um dilema ético ao cobrir um caso sobre filhos de pais viciados em drogas.
Tran Ha, repórter do Instituto Poynter

Como Entender os Vigilantes dos Meios de Comunicação 21
Os grupos vigilantes dos meios de comunicação possuem motivações e inclinações próprias que necessitam ser avaliadas para compreensão das suas críticas.
Virginia Whitehouse, professora associada de Estudos da Comunicação, Faculdade Whitworth, Spokane, Washington

O Jornalismo na Era da Web 26
A velocidade e a interatividade que tornam atraente o jornalismo online podem também ser fatores que prejudicam a tradicional busca de precisão, equilíbrio e clareza.
Bob Giles, editor de Nieman Reports, Fundação Nieman de Jornalismo, Universidade de Harvard

O Jornalismo na Era do Dinheiro 28
Os jornalistas financeiros que cobrem uma economia em ebulição enfrentam um dilema ético à medida que são tentados a desviar sua cobertura para obter lucros de mercados emergentes.
Diana B. Henriques, jornalista financeira do The New York Times

Os Códigos de Ética dos Meios de Comunicação e para Além deles 32
Dois importantes estudiosos da ética nos meios de comunicação analisam os códigos de ética seguidos por jornalistas de 33 jornais norte-americanos, aprofundando-se em todos os pontos, desde como cuidar de dilemas morais até como lidar com o impacto das novas tecnologias.
Robert Steele e Jay Black

recursos adicionais

Bibliografia 37
Livros, documentos e artigos sobre questões jornalísticas.

Recursos Selecionados na Internet 40
Relação de sites da Internet que oferecem informações adicionais sobre organizações de meios de comunicação e grupos de jornalistas.

questões globais
Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos
ejglobal@pd.state.gov

Editor Chefe . . . . . Judith S. Siegel
Editor . . . . . William Peters
Editor Gerente . . . . . Jim Fuller
Editor de Textos . . . . . Charlene Porter
Editor de Internet . . . . . Tim Brown
Editores Associados . . . . . Carlos Aranaga
. . . . . Jenifer Bochner
. . . . . Melissa Cooper
. . . . . Kathleen Hug
. . . . . Cynthia LaCovey
. . . . . Paul Malamud
. . . . . Ellen Toomey
. . . . . Rosalie Targonski
Referência e Pesquisa . . . . . Joan Taylor
Diretor de Arte . . . . . Chloe Ellis
Assistente Gráfico . . . . . Sylvia Scott
Conselho Editorial . . . . . Howard Cincotta
. . . . . Judith S. Siegel
. . . . . Leonardo Williams

O Escritório de Programas Internacionais de Informação do Departamento de Estado dos Estados Unidos fornece produtos e serviços que expõem as políticas, sociedade e valores dos Estados Unidos a audiências estrangeiras. O Escritório edita cinco publicações eletrônicas que examinam questões importantes enfrentadas pelos Estados Unidos e pela comunidade internacional. As publicações — *Perspectivas Econômicas, Questões Globais, Questões de Democracia, Agenda da Política Externa dos Estados Unidos* e *Sociedade e Valores dos Estados Unidos* — fornecem declarações da política dos Estados unidos, juntamente com análises, comentários e informações básicas em suas respectivas áreas temáticas.
Todas as edições aparecem em versões em espanhol, francês, inglês e português, com edições selecionadas também sendo publicadas em árabe e russo. As edições em inlgês aparecem em intervalos aproximados de um mês. As versões traduzidas normalmente seguem-se ao original em inglês após duas a quatro semanas.
As opiniões expressas nas publicações não refletem, necessariamente, as opiniões ou políticas do governo dos Estados Unidos. O Departamento de Estado dos Estados Unidos não assume nenhuma responsabilidade pelo conteúdo e pela contínua acessibilidade de sites da Internet relacionados ao presente; essa responsabilidade reside unicamente com os editores de tais sites. Os artigos podem ser reproduzidos e traduzidos fora dos Estados Unidos, exceto pelos artigos que contenham restrições explícitas de direitos autorais sobre o seu uso. Potenciais usuários de fotos com crédito são obrigados a obter a liberação do uso junto à fonte mencionada.
Edições atuais ou anteriores das publicações, bem como o índice das publicações futuras, podem ser encontradas na Home Page Internacional do Escritório de Programas Internacionais de Informação na World Wide Web, no endereço: http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm. Elas são disponíveis em diversos formatos eletrônicos para facilitar a leitura online, transferência, download e impressão. Envie seus comentários à sua Embaixada local dos Estados Unidos ou aos escritórios editoriais:

Editor, Questões Globais & Comunicações
Escritório de Programas Internacionais de Informação
IIP/T/GIC
Departamento de Estado dos Estados Unidos
301 4th Street, S.W.
Washington, DC 20547
Estados Unidos da América
E-mail: ejglobal@pd.state.gov

em foco

Como Definir o Território do Quarto Poder

Nicholas Johnson
Professor visitante de Direito, Faculdade de Direito da Universidade de Iowa
Autor de *How to Talk Back to Your Television Set* (*Como Responder ao seu Aparelho de Televisão*).

A Constituição norte-americana, o sistema de livre mercado e uma pré-disposição contra a regulamentação modelam a liberdade de imprensa nos Estados Unidos.

"O Congresso não fará nenhuma lei... que restrinja a liberdade de expressão ou de imprensa..." (Emenda 1, "Bill of Rights", Constituição dos Estados Unidos, 1791).

Essas palavras garantem a liberdade de imprensa na Constituição dos Estados Unidos, o documento que forma a estrutura de governo e serve de base para a legislação norte-americana.

Ao estabelecer a estrutura do governo norte-americano, a Constituição estabelece o equilíbrio de poderes entre o legislativo, o judiciário e o executivo (o presidente e a administração). Cada poder é imbuído de poderes distintos e separados, o que estabelece um sistema de responsabilidade mútua. Os pais fundadores projetaram cuidadosamente essa arquitetura de governo para criar um sistema em que a distribuição de atribuições entre os poderes contribuiria com a estabilidade.

Nos primeiros anos da república, quando foi idealizado esse sistema de responsabilidade mútua, já se havia estabelecido uma ousada comunidade jornalística. Uma imprensa arrojada e lutadora era força influente para denunciar o poderio de um rei inglês e levar a América Colonial à sua revolução contra o império britânico. Com a liberdade jornalística protegida no "Bill of Rights" de 1791, a imprensa tornou-se força afirmativa durante as primeiras décadas da nacionalidade. Atualmente, os meios de comunicação norte-americanos são freqüentemente conhecidos como o Quarto Poder, denominação que sugere que a imprensa compartilha igual importância à dos demais poderes de governo criados pela Constituição.

A Legislação

A pré-disposição contra a regulamentação da imprensa na legislação norte-americana pode ser descrita em alguns parágrafos, mas foram escritos compêndios sobre as lutas às vezes duras e amargas travadas para proteger a liberdade de imprensa e conter os excessos do jornalismo irresponsável. Ao final, o judiciário independente tem sido parceiro essencial na proteção da liberdade de imprensa.

Diversas ações judiciais fundamentais tornaram-se pontos de referência para estabelecer os direitos da imprensa em buscar informações e publicar documentos governamentais ou informações depreciativas sobre figuras públicas. A Suprema Corte dos Estados Unidos ficou ao lado dos jornais e não do governo, por exemplo, ao permitir a publicação do que veio a chamar-se os Documentos do Pentágono. Os jornais imprimiram esses documentos confidenciais da Guerra do Vietnã, obtidos de forma não oficial, apesar das objeções do governo.

A Suprema Corte dos Estados Unidos também sustentou que os meios de comunicação deveriam ter alguma proteção da Primeira Emenda contra as leis de calúnia, já que o medo de ações judiciais e possíveis danos monetários pode desestimular os donos de meios de comunicação de relatar questões públicas por completo. Para que uma figura pública ganhe uma causa de difamação contra um réu dos meios de comunicação, o queixoso necessita provar "malícia real", que os tribunais definiram como o conhecimento de que a declaração publicada era falsa ou "desconsideração negligente de se era falsa ou não".

A genuína independência dos juízes federais norte-americanos é fator fundamental da evolução das proteções legais detidas pela mídia. Os juízes federais são nomeados pelo presidente e aprovados pelo Senado. Após tomarem posse, nele permanecem para toda a vida, deliberadamente protegidos da pressão externa exercida por interesses políticos ou por autoridades do poder executivo ou legislativo. Os salários dos juízes não podem ser reduzidos e é virtualmente impossível destituí-los.

Além desses princípios constitucionais, pouca ou nenhuma lei ou regulamento governa a prática do jornalismo. O governo norte-americano não licencia jornalistas, nem controla o fornecimento de papel de imprensa e tinta de impressão. Os jornalistas estão, portanto, sujeitos às mesmas leis aplicáveis de forma geral a todos os cidadãos. Os jornais, estações de televisão e jornalistas devem pagar impostos sobre vendas e imposto de renda, da mesma forma que as demais empresas e cidadãos. Os jornalistas são responsáveis perante leis referentes à transferência de propriedades e segurança nas estradas, da mesma forma que todos os demais cidadãos, independentemente do seu zelo para buscar uma reportagem.

O Mercado

A economia desempenha papel fundamental no modelamento das informações fornecidas ao público norte-americano em jornais, rádio e televisão, e agora também na Internet. Os meios de comunicação são empresas com fins lucrativos. Enquanto as organizações de defesa e sem fins lucrativos detêm voz significativa nos meios de comunicação dos Estados Unidos, a maior parte das principais fontes de informação do público (principais jornais urbanos, revistas semanais de informação e redes a cabo e de radiodifusão pública) estão no negócio de fazer dinheiro.

As proteções da Primeira Emenda não se estendem diretamente aos jornalistas que realizam a coleta de notícias, mas aos donos dos meios de comunicação através dos quais essas informações são disseminadas. Os donos de meios de comunicação podem optar por conceder enorme liberdade aos seus editores e repórteres. Eles podem considerar bom negócio (e bom jornalismo) fazê-lo. Mas isso é questão de escolha, não de legislação. Os jornalistas de um jornal impresso não têm mais direito legal de terem suas reportagens impressas que os leitores de terem suas cartas publicadas; ou, com esta finalidade, comprar espaço no jornal para promover um ponto de vista que o dono deseja censurar.

O direito à palavra da Primeira Emenda, conforme regulamentado pela Suprema Corte, inclui o direito do dono dos meios de comunicação de censurar a fala de qualquer outra pessoa no seu meio. Isso é verdade mesmo ao tratar-se do único jornal, estação de rádio ou estação de TV da cidade. O resultado final é que os únicos cidadãos que possuem o direito absolutamente irrestrito da Primeira Emenda, de disseminar suas opiniões na imprensa, são aqueles poucos proprietários dos meios de comunicação.

Entretanto, as companhias de comunicação são inibidas de disseminar reportagens que reflitam unicamente suas próprias inclinações e interesses pelos consumidores norte-americanos de notícias, que são capazes de julgar o equilíbrio e a precisão de reportagem dentre os inúmeros produtos

jornalísticos disponíveis no mercado de informação. Esses cidadãos conhecedores dos meios de comunicação apontam rapidamente as inclinações e erros que aparecem nos jornais ou reportagens de rádio e televisão. Assim, os donos de meios de comunicação que tentarem desviar a cobertura noticiosa para refletir suas próprias inclinações correm o risco de perder a audiência e, se a audiência for perdida, com ela irá a receita dos anunciantes que desejam atingir aquela audiência.

Os jornais e algumas redes de rádio e televisão costumavam orgulhar-se pela "parede" entre os departamentos de publicidade e de jornalismo. Alguns críticos argumentam que essa parede está tombando. Isto, em parte, é o resultado da fusão de quantidades e variedades crescentes de meios de comunicação em cada vez menos mãos empresariais. Os críticos dessa consolidação empresarial temem que a divisão de notícias de uma rede não seja mais aceita como perda financeira que compense seu custo com o prestígio fornecido. Atualmente, os conselhos de diretores das empresas podem considerar o jornalismo apenas mais um "centro de lucro", com impacto de contribuição sobre os lucros finais e o preço das ações.

O equilíbrio entre o custo do jornalismo de alta qualidade e os lucros empresariais é um dos desafios significativos do jornalismo norte-americano atual. Quando as empresas ameaçam entrar com ações sobre reportagens importantes de jornalismo investigativo ou cancelar publicidade, o editor ou diretor de jornalismo necessita decidir por utilizar ou não uma reportagem provocadora, mesmo se apresentar risco de perda de receita ou de perda do seu próprio emprego. Por isso, a auto-censura resultante deste e de outros dilemas pode ser a forma mais freqüente de censura a influenciar o conteúdo dos meios de comunicação norte-americanos hoje em dia.

As Ondas Hertzianas

Os meios de comunicação impressos e de rádio e televisão compartilham as mesmas liberdades jornalísticas garantidas pela Primeira Emenda. Pelo privilégio de utilizar as ondas hertzianas públicas, entretanto, as estações de rádio e televisão estão sujeitas a regulamentações governamentais que não são impostas aos seus colegas da imprensa escrita. A Lei do Rádio de 1927, a primeira lei a regulamentar a radiodifusão, reflete as limitações físicas da faixa de radiodifusão. Nem todos os que desejam transmitir podem fazê-lo, pois os sinais interfeririam entre si e nenhum serviço poderia ser fornecido à audiência.

Quando as políticas nacionais estavam sendo formadas nas décadas de 1920 e 1930, os Estados Unidos, ao contrário da maior parte dos países, não optaram por ter estações detidas e operadas por uma agência governamental ou corporação pública financiada pelo governo. Ao contrário, foi escolhido um sistema híbrido para o novo meio. O equipamento de uma estação seria propriedade privada, mas seu direito à transmissão seria regulado pelo governo e limitada por uma licença.

A Comissão Federal de Comunicações (FCC), estabelecida em 1934, é a agência reguladora norte-americana responsável pela emissão de licenças de rádio e televisão e por monitorar se os licenciados atendem "à conveniência, interesse e necessidade pública". Nos primeiros anos, ganhar o privilégio de manter a licença requeria que o dono da estação limitasse a quantidade de publicidade e transmitisse uma variedade de programação, que incluía grande dose de notícias e assuntos públicos. Mas além disso, havia pouca ou nenhuma interferência no seu conteúdo.

Nos últimos 30 anos, houve um movimento rumo à desregulamentação do rádio e da televisão. Atualmente, a FCC não impõe essencialmente nenhum padrão significativo de qualidade ou quantidade de programação. A agência suspendeu regulamentações anteriores que limitavam o número de estações que um dono poderia controlar em uma dada cidade, o que fez com que empresas individuais, que substituíram em grande parte as pessoas físicas como licenciados, pudessem manter licenças de centenas de estações de rádio e televisão.

Os críticos alegam que o menor número de licenciados resulta em menos diversidade da programação de rádio e televisão. À medida que as empresas estabelecem cadeias de estações de rádio, por exemplo, elas tendem a homogeneizar seus sons, oferecendo menos programação destinada às audiências locais.

Os Vigilantes

Dado o papel central do jornalismo independente em uma sociedade democrática e a ausência de um regulador constante, os cidadãos, grupos de interesse e associações jornalísticas lançaram esforços não-governamentais independentes para monitorar e relatar a qualidade dos meios de comunicação. Nenhum deles, é claro, possui nenhum poder significativo de execução, mas eles são eficazes para relembrar os princípios de imparcialidade, verdade e precisão no jornalismo.

Além disso, muitas publicações concluíram ser útil criar o cargo de ombudsman; um empregado semi-independente com quem os leitores podem entrar em contato com suas queixas sobre a publicação e a qualidade da sua cobertura noticiosa. O ombudsman pode relatar essas queixas e como elas foram resolvidas nas páginas da publicação.

Poucas instituições são mais importantes para uma sociedade democrática do que meios de comunicação livres e independentes. Essa liberdade exige que o público, as autoridades eleitas e as organizações cívicas apóiem a verdade, imparcialidade e equilíbrio do jornalismo e insistam que os meios de comunicação honrem os princípios que os habilitam.

Ex-encarregado da Comissão Federal de Comunicações, Nicholas Johnson agora ensina Direito da Comunicação na Faculdade de Direito da Universidade de Iowa na cidade de Iowa, Iowa. Ele mantém um Web site no endereço nicholasjohnson.org

o jornalismo atual nos estados unidos

O Papel dos Meios de Comunicação na Construção das Comunidades

Jan Schaffer
Diretor executivo, Centro Pew de Jornalismo Cívico

O autor defende um novo tipo de jornalismo, que ajude as pessoas a superarem sua sensação de impotência e alienação, desafiando-as a envolver-se, engajar-se e tomar para si a responsabilidade sobre problemas comunitários.

O jornalismo cívico passou por um longo caminho nos seis anos desde a criação do Centro Pew de Jornalismo Cívico. Sabemos agora duas coisas:

1. Quando os meios de comunicação fazem seu trabalho de forma diferente, os cidadãos fazem seu trabalho de forma diferente.

2. Ao semear-se inovação nas redações, são colhidas novas idéias.

Vivemos hoje em uma era em que tanto os jornalistas como o público norte-americano estão lutando para chegar a um consenso sobre o que constitui bom jornalismo.

Não é mais suficiente que os próprios jornalistas achem que estão fazendo um bom trabalho. Para que o jornalismo continue a receber proteção constitucional (e continue a atrair leitores e telespectadores), os leitores e telespectadores necessitam concordar que o jornalismo desempenha papel essencial na nossa sociedade democrática.

Recentemente, entretanto, têm surgido dados perturbadores de que este não é o caso. Pesquisas nacionais documentam grande quantidade de rancor contra a imprensa norte-americana e suas práticas. Arrogante, insensível, parcial, imprecisa e sensacionalista são os adjetivos utilizados pelo público para definir os meios de comunicação.

Parece haver um consenso crescente de que o "jornalismo" está partido. Agora, a grande questão é: os jornalistas sabem como consertá-lo?

A circulação de jornais está estática ou caindo. Embora as pessoas estejam lendo mais, elas não estão lendo jornais. E a audiência dos telejornais está afundando.

O Fórum da Liberdade, uma fundação internacional apartidária, conduziu recentemente uma pesquisa sobre a situação da Primeira Emenda. De forma geral, a imprensa manteve seus direitos da Primeira Emenda em consideração mais alta que o público em geral.

- Mais da metade dos entrevistados (53%) afirmou acreditar que a imprensa detém liberdade demais. Esse é um aumento de 15 pontos percentuais sobre uma pesquisa similar em 1997.

- Apenas 45% afirmaram acreditar que os meios de comunicação protegem a democracia, uma queda em relação aos 54% em 1985. E 38% afirmaram que os meios de comunicação, na realidade, prejudicam a democracia.

- Cerca de 65% afirmaram que os jornais não deveriam publicar livremente.

- Quantidade preocupante de pessoas afirmou que a imprensa não deveria aprovar nem criticar candidatos políticos, nem deveria poder utilizar câmeras ocultas para coletar notícias, nem publicar segredos governamentais.

O Que Podemos Fazer?

Essas são notícias preocupantes se você for jornalista. Também gostaria de pensar que são notícias preocupantes caso você seja membro do público.

O que podemos fazer sobre tudo isso? Algo que estamos fazendo no Centro Pew é tentar ir além do simples diagnóstico do problema; estamos realmente apresentando algumas receitas de soluções. Na verdade, muitos jornalistas se sentem mais confortáveis com diagnósticos que com receitas, mas a resposta das pesquisas é tão devastadora que mesmo editores teimosos estão começando a dizer "basta". Mas, antes de podermos fazer os consertos, temos que determinar o que buscamos ser. Qual é o nosso papel na construção da comunidade?

Os modelos mais antigos de jornalismo, especialmente em jornais comunitários e regionais, foram freqüentemente denominados "cães filhotes", sob o controle de editores que se apresentavam como pioneiros cívicos e buscavam dólares de publicidade.

O "cão de ataque" é o modelo que agora vem freqüentemente à mente, como resultado de parte da cobertura do governo Clinton e de imagens de jornalistas fotográficos escondendo-se nos arbustos do jardim da família Kennedy, após a morte de John F. Kennedy Jr.

Existe então o modelo "cão de guarda", ou vigilante, ao qual os jornalistas tecem grandes elogios. Esse é um papel ainda valorizado pela comunidade. Mas o público possui cada vez mais temores sobre esse papel e mesmo os jornalistas concordam que a imprensa muitas vezes faz mais do que a simples cobertura das notícias; eles estão freqüentemente dirigindo controvérsias, especialmente ao analisar o comportamento pessoal e ético de figuras públicas.

Parte das pesquisas mais recentes demonstra que a imprensa dá mais valor ao seu papel de vigilante que o público. Apenas 10% dos meios noticiosos acreditam que a crítica da imprensa a líderes públicos os impede de fazer seu trabalho; enquanto 31% do público acredita que ela interfere com o desempenho do trabalho dos líderes.

Atualmente, estão sendo testados alguns modelos novos. Um deles é o do "cão-guia". Pode haver um jornalismo que não apenas forneça notícias e informações às pessoas, mas que também as auxilie a realizar seu trabalho como cidadãos? Que não forneça simplesmente o espetáculo anormal cívico do dia, mas que realmente desafie as pessoas a envolver-se, engajar-se, tomar para si a responsabilidade pelos problemas? Que não os posicione como espectadores, mas como participantes?

É nesse ponto que o jornalismo cívico estimulou numerosas experiências. O jornalismo cívico não defende o abandono do papel de vigilante, mas sim que ele seja acrescido de responsabilidades extras.

O Centro Pew de Jornalismo Cívico

Quando a Fundação Assistencial Pew decidiu criar o Centro Pew de Jornalismo Cívico, ela não estava preocupada com o jornalismo; sua preocupação era o engajamento cívico. O Fundo temia que a democracia fosse rompida; os cidadãos não estavam votando, não se apresentavam como voluntários e não participavam ativamente da vida cívica; as pessoas não estavam se mexendo para ajudar a cuidar dos problemas de suas comunidades.

E eles imaginavam se o jornalismo poderia ser uma parte do problema. Estariam os meios de comunicação tratando as pessoas nas reportagens como espectadores de algum espetáculo anormal cívico, em vez de participantes ativos de uma sociedade auto-governante?

E eles formularam uma hipótese simples: se os jornalistas fizessem seu trabalho de forma diferente, os cidadãos fariam seu trabalho de forma diferente? Poderíamos incentivar algumas experiências nas redações para ver se poderia haver modelos diferentes, modelos que ainda se detivessem nos valores centrais do jornalismo (precisão, objetividade, independência, imparcialidade), mas que também fossem úteis aos cidadãos?

O jornalismo cívico é agora um rótulo amplo colocado sobre os esforços dos editores e diretores de jornalismo para tentar fazer seu trabalho como jornalistas, de forma que possa ajudar a superar a sensação de impotência e alienação das pessoas. Ele busca educar os cidadãos sobre questões e eventos atuais para que possam tomar decisões cívicas, engajar-se na ação e diálogo cívico e, de forma geral, exercer suas responsabilidades em uma democracia.

Os jornalistas cívicos acreditam ser possível criar cobertura noticiosa que motive as pessoas a pensar e até a agir, em vez de simplesmente atraí-las para assistir. E eles acreditam que é sua responsabilidade fazê-lo.

Ressalto, entretanto, que os jornalistas cívicos não querem dizer aos leitores e telespectadores o que pensar ou como agir. Eles estão simplesmente criando uma zona neutra de poder, armando os cidadãos com informações e, às vezes, com métodos para conduzir alguma responsabilidade e oferecer alguma imaginação ou soluções para um problema.

Os jornalistas cívicos acreditam que é possível ser um cão-guia sem abandonar o papel de vigilante. E eles estão todos muito felizes por abandonar o papel de cão de ataque.

Agora, dependendo dos seus pontos de vista, esse é um retorno aos fundamentos do bom jornalismo ou uma nova e revolucionária abordagem de como relatar as notícias? Acredito pessoalmente que é mais do que apenas bom jornalismo, pelo menos o tipo de jornalismo que pratiquei por 22 anos no "Philadelphia Inquirer".

Ele emprega todas as ferramentas do bom jornalismo, mas não receia envolver-se mais com a comunidade; ouvindo, sendo um catalisador de atividade, auxiliando a comunidade a estabelecer sua própria capacidade. E não tem medo de afirmar: se o velho jornalismo não está funcionando, vamos reinventá-lo.

O Que é Notícia?

Uma forma como os jornalistas cívicos tentam fazer "jornalismo diferente" é buscar novas definições de notícia. A maior parte dos jornalistas define a notícia como conflito: encarregado vs. desafiador, vencedor vs. perdedor, pró vs. contra.

O jornalismo cívico busca expandir esta definição. Ele busca ir além da cobertura de um evento, uma reunião ou uma controvérsia. Ele tenta conduzir o conhecimento, e não apenas o desenvolvimento das notícias. Ele trata da cobertura do consenso e do conflito, reportagens sobre sucessos e fracassos; reportagens que possam auxiliar outras comunidades a lidarem com questões difíceis.

O jornalismo cívico está tentando criar novos modelos de reportagem que possam ser mais sintonizados com os novos modelos de governo. Muitos cenários de governo local estão saindo de um paradigma entre vitória e derrota para uma abordagem somente de vitórias, com mais base no consenso, para a solução de problemas locais.

Como os jornalistas podem equipar-se para lidar com isso? Fazemos um grande trabalho de cobertura de conflitos, acompanhamento e manutenção de registros dos vencedores e perdedores. Mas enviamos um repórter para cobrir uma reunião em que todos concordam sobre algum ponto e ele ou ela poderá retornar e dizer ao editor que "nada aconteceu". Não há reportagem.

Os jornalistas cívicos buscam examinar onde os participantes da comunidade concordam sobre algum ponto, bem como onde eles discordam. Isto é novo.

Uma das experiências mais ambiciosas do Centro Pew realizou-se em Spokane, Washington, em 1999, quando o jornal "Spokesman-Review" utilizou ferramentas de "mapeamento" do jornalismo cívico para determinar os momentos fundamentais da vida dos jovens que determinam se eles terão sucesso ou fracassarão quando adultos, possivelmente terminando na prisão. Eles surgiram com alguns momentos interessantes, como o primeiro dia da quarta série, que é quando se saberá se uma criança irá gostar da escola ou não. Ou o primeiro dia da sétima série, que é quando se determina quem será um "nerd" ou parte do grupo influente.

A idéia não foi apenas cobrir este assunto, mas também descobrir alguns pontos de intervenção para as agências de assistência social da comunidade. Esta é uma definição muito diferente de "notícia".

O jornalismo cívico lida com o reenquadramento de reportagens para torná-las mais relevantes para os leitores.

O "The Orange County Register", da Califórnia, realizou experiências com uma nova técnica narrativa, para contar a história das "Crianças de Motel"; crianças dolorosamente pobres que vivem em motéis residenciais literalmente em frente ao parque temático da Disneylândia. A história foi contada na forma de diálogo, utilizando as próprias palavras das crianças.

A reação foi surpreendente. Ela incluiu 200.000 dólares em doações, 50 toneladas de alimentos, 8.000 brinquedos e milhares de horas de voluntários dedicadas a auxiliar as "Crianças de Motel". O condado destinou 1 milhão de dólares para um programa residencial, a fim de retirar as famílias dos motéis. Uma agência sem fins lucrativos lançou uma campanha de US$ 5 milhões para tratar as famílias de motéis viciadas em drogas.

A repórter Laura Saari afirmou posteriormente que o que a impressionou foi como todos estavam trabalhando juntos em busca de uma solução. "Uma reportagem similar, escrita de forma convencional, teria colocado as agências governamentais na defensiva. Mas, devido à abordagem do texto, ninguém sentiu que estava sendo acusado. Assim, em vez de gastarem energia defendendo-se, eles foram às ruas."

O jornalismo cívico trata da redefinição do equilíbrio.

Os jornalistas relatam os dois lados de uma história e acreditam que são imparciais e equilibrados. Os jornalistas cívicos sugerem que um termo melhor é cobertura bipolar, e não equilibrada. O equilíbrio está no meio, e não nos extremos. Os jornalistas cívicos tentam assegurar que todas as pessoas afetadas pela questão tenham voz na história, não apenas os proponentes dos pontos de vista mais extremos que nos enviam seus press releases. E os jornalistas cívicos não têm medo de relatar a ambigüidade, quando as pessoas ainda estão estudando como se sentem.

Por fim, o jornalismo cívico lida com o fornecimento de pontos de entrada para envolver as pessoas e encorajar a interatividade entre jornalistas e cidadãos. Ele busca criar conversas de duas vias com os leitores, ao contrário da busca de informações de uma só via (despejando um conjunto de fatos para o público), como tão freqüentemente se vê no jornalismo tradicional.

Essa interação pode ocorrer nas páginas noticiosas, no ar, no ciberespaço e, às vezes, no espaço real, em fóruns e encontros nas prefeituras. O "Charlotte Observer", da Carolina do Norte, ao cobrir uma questão importante referente a transporte escolar, descobriu que estava obtendo algumas das suas melhores idéias de reportagens em e-mails dos leitores.

Em 1999, o Centro Pew financiou um programa da Rádio Pública de New Hampshire (WHPR) para uma Calculadora de Impostos Online. Os tribunais haviam ordenado que esse Estado livre de impostos criasse um imposto para financiar as escolas públicas.

O Web site Desafio dos Impostos da WHPR apresentava informações educacionais, espaço para discussões e uma interessante função que permitia que as pessoas digitassem o valor da sua residência, sua renda e o nome da cidade onde viviam, para realmente calcular o custo de três propostas

diferentes de reforma de impostos para eles. Esse foi um jornalismo muito diferente, personalizado, individualizado e útil que deu às pessoas o poder de desempenhar um papel em uma escolha de política pública. O Centro Pew recentemente financiou a WHPR para desenvolver uma Estimativa de Contas de Serviços Públicos, como forma de tornar a questão da desregulamentação dos serviços públicos mais acessível para as pessoas.

O Lucro Final

Mas qual é o lucro final do jornalismo cívico?

Para a comunidade:

- Assistimos a jornalismo de qualidade que também aumenta a capacidade da comunidade para lidar com problemas.
- Observamos que, ao fornecermos aos leitores meios de agir, eles irão agir.
- Observamos em pesquisas que o jornalismo cívico aumentou de forma mensurável o conhecimento dos leitores sobre assuntos específicos.
- Observamos que os esforços do jornalismo cívico influenciaram positivamente as percepções dos meios de comunicação pelas pessoas.
- Observamos outros grupos comunitários adotarem o modelo de engajamento cívico (através de círculos de estudo e equipes de ação, por exemplo) que eles aprenderam através do envolvimento de organizações noticiosas com esforços de jornalismo cívico.
- E estamos começando a ver pessoas disputando cargos eletivos a que nunca aspiraram até envolverem-se em uma iniciativa de jornalismo cívico.

Para o jornalismo:

- Observamos jornalismo de profundidade com ressonância mais autêntica com a comunidade, em vez de jornalismo que apenas repete os dois lados de uma questão.
- Observamos jornalistas redescobrindo suas comunidades e rompendo alguns velhos estereótipos.
- Observamos todo tipo de inovações nas redações. Novas páginas, novos empregos, novos critérios, novas declarações de missão. Novo vocabulário. No "Virginian Pilot" de Norfolk, a declaração de missão dos seus repórteres que cobrem a capital do Estado em Richmond, Virgínia, promete cobrir as eleições e o governo estadual "como exercício da solução de problemas cívicos".
- Por fim, o jornalismo cívico produziu um ambiente que permitiu aos editores assumirem novos riscos.

Não acho que o jornalismo cívico possua todas as respostas sobre o que aflige os meios de comunicação. Mas ele pode receber boa fatia de crédito por fazer surgir alguns dos remédios. E acreditamos, como São Paulo nos aconselhou em uma de suas cartas, que necessitamos "tentar de tudo e agarrar rápido tudo o que for bom".

O Centro Pew promove experiências de jornalismo cívico que permitem às organizações criar e aperfeiçoar melhores formas de relatar as notícias e reengajar as pessoas na vida pública.

Por que a Democracia Necessita do Jornalismo Investigativo

Silvio Waisbord
Autor de *Watchdog Journalism in South America: News, Accountability, and Democracy*
(*Jornalismo Vigilante na América do Sul: Notícias, Responsabilidade e Democracia*)

Embora as pressões comerciais atuais e a ameaça de ações judiciais de alto custo deixem algumas companhias noticiosas nervosas quanto ao apoio ao jornalismo investigativo, ele permanece forte no jornalismo dos Estados Unidos e da América Latina – e uma das mais importantes contribuições feitas pela imprensa à democracia.

Na década de 1970, os repórteres desempenharam papel fundamental na revelação do que se tornou o escândalo político mais sério dos Estados Unidos no período pós-Segunda Guerra Mundial. Os jornalistas de Washington seguiram as pistas deixadas em um pequeno assalto no edifício comercial Watergate, acompanhando-as por todo o caminho até a Casa Branca. A reportagem gerou investigações no Congresso até a renúncia final do presidente Richard Nixon.

O desempenho da imprensa durante o caso Watergate foi mantido como espelho a refletir o melhor que o jornalismo poderia oferecer à democracia: manter o poder responsável. Isso tornou-se tendência nas redações norte-americanas. A profissão contou com alta credibilidade nos anos que se seguiram e ocorreu notável aumento das inscrições para escolas de jornalismo.

Quase três décadas mais tarde, a situação mudou. O jornalismo investigativo não parece ser a estrela mais brilhante do firmamento noticioso norte-americano. Enquanto o tom da imprensa era de auto-felicitação nos anos pós-Watergate, disseminou-se o pessimismo atual sobre a situação do jornalismo norte-americano. Observadores argumentaram freqüentemente que o aumento da concentração dos donos de meios de comunicação e a tendência ao sensacionalismo da cobertura noticiosa minou o vigor exigido pelas reportagens investigativas. Pressões comerciais também detêm o jornalismo investigativo. Sua grande necessidade de tempo e recursos humanos e financeiros freqüentemente entra em conflito com as expectativas de lucro e controles de custo de produção. Além disso, o fato de que as reportagens poderão resultar em ações judiciais de alto custo deixa as companhias noticiosas nervosas quanto ao apoio às investigações.

Apesar desses fatores, não tem havido falta de produção de reportagens investigativas na última década. Os principais jornais urbanos dos Estados Unidos produziram artigos que revelaram a corrupção, injustiça e má administração ambiental. As notícias das televisões locais e das redes freqüentemente produzem reportagens investigativas, que geralmente concentram-se em diversos tipos de fraudes ao consumidor, em áreas como assistência médica, serviços sociais e financiamentos residenciais..

O que é o Jornalismo Investigativo?

O jornalismo investigativo distingüe-se por divulgar informações sobre más condutas que afetem o interesse público. As denúncias resultam do trabalho dos repórteres, e não de informações vazadas para as redações.

Embora o jornalismo investigativo costumasse ser associado a repórteres individuais que trabalham por conta própria, com pouco ou nenhum apoio das suas organizações noticiosas, exemplos recentes

comprovam que o trabalho de equipe é fundamental. Diferentes tipos de especializações são necessários para produzir reportagens abrangentes e bem documentadas. É necessário que repórteres, editores, especialistas jurídicos, analistas estatísticos, bibliotecas e pesquisadores de notícias colaborem nas investigações. O conhecimento do acesso às informações públicas é fundamental para encontrar quais informações são potencialmente disponíveis, com base nas leis de "liberdade da informação", e quais problemas legais poderiam surgir ao publicar-se informações prejudiciais. As novas tecnologias são extremamente valiosas para encontrar fatos e familiarizar os repórteres com as complexidades de qualquer reportagem específica. Graças à informatização dos registros governamentais e à disponibilidade de extraordinária quantidade de informações online, a reportagem assistida por computador é de grande auxílio.

A Democracia e o Jornalismo Investigativo

O jornalismo investigativo é importante devido às suas muitas contribuições à governabilidade democrática. Seu papel pode ser compreendido por atender ao modelo da imprensa do Quarto Poder. De acordo com esse modelo, a imprensa deverá tornar o governo responsável, publicando informações sobre questões de interesse público, mesmo se essas informações revelarem abusos ou crimes perpetrados por autoridades. A partir dessa perspectiva, o jornalismo investigativo é uma das mais importantes contribuições prestadas pela imprensa à democracia. Ele está relacionado com a lógica de responsabilidade mútua em sistemas democráticos. Ele fornece um mecanismo valioso para monitorar o desempenho das instituições democráticas, em sua definição mais ampla que inclui organismos governamentais, organizações cívicas e empresas públicas.

A centralização dos meios de comunicação nas democracias contemporâneas torna as elites políticas sensíveis às notícias, particularmente às "más" notícias que freqüentemente causam comoção pública. A publicação de notícias sobre más condutas públicas e econômicas pode provocar investigações judiciais e congressuais.

Em casos em que as instituições governamentais não conduzam investigações adicionais, ou que as investigações sejam obstruídas por problemas e suspeitas, o jornalismo pode contribuir com a responsabilidade ao monitorar o funcionamento dessas instituições. Ele pode examinar como essas instituições realmente cumprem com suas atribuições constitucionais para revelar o mau funcionamento, desonestidade ou má conduta no governo e na sociedade.

O jornalismo investigativo mantém, pelo menos, importantes poderes de estabelecimento de uma agenda que lembre os cidadãos e as elite políticas sobre a existência de certas questões. Não há garantias, contudo, de que a atenção contínua da imprensa resulte em ações judiciais ou congressuais para investigar e acionar os responsáveis pelas más condutas.

O jornalismo investigativo também contribui com a democracia por promover a informação dos cidadãos. A informação é um recurso vital para dar poder a um público vigilante que, ao final, mantém a responsabilidade governamental através do voto e da participação. Com a ascensão da política concentrada nos meios de comunicação nas democracias contemporâneas, os meios de comunicação obscureceram outras instituições sociais como a principal fonte de informação sobre questões e processos que afetam a vida dos cidadãos.

Acesso do público

O acesso a registros públicos e leis que assegurem que os negócios públicos sejam conduzidos em sessões abertas são indispensáveis para o trabalho do jornalista investigativo. Quando as leis de censura prévia ou difamação agigantam-se no horizonte, as organizações noticiosas não estão dispostas a discutir assuntos controversos, devido a ações judiciais potencialmente de alto custo. Conseqüentemente, as democracias devem atender a certas exigências para que o jornalismo investigativo seja eficaz e proporcione informações diversas e abrangentes.

A Ética do Jornalismo Investigativo

Toda equipe de repórteres investigativos busca uma história sob circunstâncias diferentes, de forma que a criação de um livro de normas éticas gerais é problemática, embora certos padrões tenham sido aceitos de forma geral. As implicações legais das ações dos repórteres são, de longe, mais bem definidas que as questões éticas. Caso a lei o aprove, é legal; caso contrário, não é. A ética, por outro lado, lida com a distinção entre o certo e o errado, utilizando princípios filosóficos para justificar uma via de ação específica. Qualquer decisão pode ser considerada ética, dependendo do sistema ético utilizado para justificá-la e dos valores priorizados. O que os jornalistas e editores necessitam determinar é quem se beneficiará com o resultado da reportagem.

Se o jornalismo for comprometido com a responsabilidade democrática, a questão que necessita ser feita é se o público se beneficiará com o resultado de reportagens investigativas. Quais interesses o jornalismo investigativo atende ao publicar uma dada história? A imprensa atende sua responsabilidade social ao revelar más condutas? Quais interesses estão sendo afetados? Quais direitos estão sendo invadidos? A questão sendo investigada é de legítimo interesse público? Ou a privacidade individual está sendo invadida sem a investigação de nenhuma questão pública crucial?

A maior parte das discussões sobre ética e jornalismo investigativo vem se concentrando na metodologia, nomeadamente, qualquer método é válido para revelar más condutas? Erros são legítimos quando os jornalistas buscam falar a verdade? Qualquer método é justificável, independente das condições de trabalho e das dificuldades para obter a informação? Os repórteres de televisão podem utilizar câmeras ocultas para conseguir uma reportagem? Os jornalistas podem utilizar identidades falsas para ter acesso à informação?

Sobre esta questão, um fator importante a ser considerado é que o público parece menos disposto que os jornalistas a aceitar qualquer método de revelação de más condutas. Pesquisas apontam que o público suspeita de invasões de privacidade, independentemente da relevância pública de um tema. O público parece, de forma geral, menos inclinado a aceitar que os jornalistas utilizem qualquer método para obter uma reportagem. Esta atitude é significativamente reveladora em épocas em que, em muitos países, a credibilidade da imprensa é baixa. A imprensa necessita ser digna de confiança aos olhos do público. Este é o seu principal patrimônio, mas muitas vezes suas ações prejudicam ainda mais sua credibilidade. Portanto, o fato de que os cidadãos geralmente acreditam que os jornalistas conseguem qualquer história a qualquer custo necessita ser uma consideração importante. Revelações feitas utilizando métodos questionáveis de obtenção da informação podem reduzir ainda mais a legitimidade e a sustentação pública da reportagem e dos jornalistas.

As questões éticas não se limitam a métodos. A corrupção também é outra importante questão ética do jornalismo investigativo. A corrupção inclui diversas práticas, que variam de jornalistas que aceitam suborno, cancelam exposições ou pagam a fontes de informações. O dano aos cidadãos privados que pode resultar da reportagem também necessita ser considerado. Questões de privacidade normalmente são levantadas, pois o jornalismo investigativo muitas vezes anda sobre uma linha fina que divide o direito à privacidade e o direito de saber do público. Normalmente se considera que a privacidade aplica-se de forma diferente a figuras públicas e aos cidadãos comuns.

Não existem respostas prontas e fáceis para as questões éticas. Os códigos de ética, apesar de alguns méritos, não oferecem soluções definidas que possam ser aplicadas a todos os casos. A maior parte dos analistas concorda que os jornalistas devem permanecer sensíveis a questões como imparcialidade, equilíbrio e precisão.

Os repórteres necessitam continuamente fazer questionamentos éticos ao longo de diferentes estágios das investigações e estar prontos para justificar suas decisões aos seus editores, colegas e ao público. Eles necessitam ser sensíveis aos interesses que estão sendo afetados e trabalhar de acordo com padrões profissionais.

O Jornalismo Investigativo na América Latina

A América Latina contemporânea oferece diversos exemplos de por quê a democracia necessita do jornalismo investigativo e como este contribui com a governabilidade democrática. O jornalismo investigativo ganhou força em todos os países em que a democracia se consolidou pela região nas últimas duas décadas, sem exceções. Relegado a publicações marginais e partidárias no passado, ultimamente ganhou aceitação na grande imprensa. Muitas razões justificam a afirmação do jornalismo investigativo, particularmente a consolidação dos governos democráticos, as transformações substanciais da economia dos meios de comunicação, a existência de publicações comprometidas com a revelação de abusos específicos e os confrontos entre algumas organizações noticiosas e alguns governos.

Como em outras regiões do mundo, o principal valor do jornalismo investigativo nas democracias latino-americanas é que ele contribui com o aumento da responsabilidade política. Isto é particularmente importante, considerando que foi identificada a fraqueza dos mecanismos de responsabilidade como um dos problemas mais sérios enfrentados pelas democracias da região. A letargia institucional, a ineficácia e a falta de reação às legítimas necessidades públicas foram freqüentemente mencionadas como as principais fraquezas. A existência de organizações noticiosas compromissadas com o jornalismo investigativo tornou-se extremamente importante. Mesmo quando outras instituições deixaram de acompanhar exposições na imprensa ou de conduzir suas próprias investigações, a imprensa manteve vivas as alegações de conduta ilegal ou anti-ética e, em alguns casos, forçou as autoridades legislativas e judiciais a agir.

O jornalismo investigativo possui poder inigualável de relacionar autoridades a determinados crimes, mas pode também criar percepções públicas erradas sobre a existência de má conduta. Esta é uma faca de dois gumes. A reportagem de má conduta traz a atenção do público a supostos crimes, mas pode levar a julgamentos precipitados sobre a responsabilidade dos indivíduos, sem intervenção das instituições estabelecidas constitucionalmente para investigar e chegar a vereditos legais. Aqui, a responsabilidade ética é, novamente, de extrema importância. Acusações infundadas feitas pela imprensa podem ter efeitos danosos à reputação dos indivíduos e instituições.

A corrupção governamental tem sido o foco central das investigações da imprensa nas democracias latino-americanas. Outros assuntos (corrupção empresarial e práticas ilegais de trabalho) atraíram atenção significativamente menor. Numerosas pesquisas que indicam que a corrupção aparece de forma consistente entre as três preocupações mais altas da população em toda a região podem sugerir o impacto do jornalismo investigativo em tornar a má conduta governamental em preocupação principal.

O caso latino-americano sugere, portanto, que a existência do jornalismo investigativo é importante por si própria. O conteúdo e o equilíbrio da agenda investigativa também são relevantes. A imprensa chama a atenção dos cidadãos e legisladores para questões específicas. Muitos cenários sociais e governamentais necessitam de atenção nas democracias contemporâneas. O jornalismo investigativo é mais eficaz quando molda uma ampla rede sobre uma variedade de assuntos.

Silvio Waisbord é professor assistente do Departamento de Jornalismo e Meios de Comunicação de Massa na Universidade Rutgers, a Universidade do Estado de Nova Jérsei.

Jornada através do "Campo Minado da Ética"

Tran Ha
Repórter do Instituto Poynter

Um repórter investigativo descobre maus tratos a crianças, mas enfrenta críticas éticas por não agir rapidamente para melhorar as suas vidas.

A reportagem: vida para as crianças com pais viciados em drogas e álcool.

O propósito: utilizar as experiências de algumas crianças para contar a história das demais e chamar a atenção para um problema nacional.

O dilema: ao escrever a reportagem, o repórter descobre que as crianças são negligenciadas, mal nutridas e maltratadas.

Se você fosse o repórter, o que faria?

Esse cenário estava na mente dos jornalistas que acompanhavam uma discussão sobre ética no Instituto Poynter, uma escola de jornalismo sem fins lucrativos. O caso em estudo era "Órfãos do Vício", uma reportagem em duas partes abordando crianças e seus pais viciados em álcool e drogas. A série, que foi publicada no *Los Angeles Times* há mais de dois anos, levantou preocupações éticas em todo o país, com suas descrições perturbadoras da vida das crianças.

Uma preocupação que nasceu das discussões foi se as crianças foram colocadas em situação vulnerável por muito mais tempo que o necessário.

A repórter, jornalista de assuntos urbanos do *Times* Sonia Nazario, passou cinco meses estudando as crianças e dois meses escrevendo a reportagem. O que poderia ter sido feito durante esse período para minimizar o sofrimento dessas crianças?

Terence Oliver, diretor de arte do *Akron Beacon Journal*, afirma achar que Nazario não necessitava passar até cinco meses estudando as crianças.

"Acho que a questão era óbvia", afirma Oliver. "O assunto por si só era quente. Quanta munição é necessária?"

Oliver, que adotou uma criança vinda de uma situação similar à das crianças da reportagem, sabe por experiência própria as cicatrizes físicas e emocionais resultantes da negligência e dos maus tratos.

Outros jornalistas uniram-se a Oliver em sua preocupação sobre o tempo que a reportagem levou para ser publicada.

"Acho que foi um trabalho jornalístico notável", afirma Mike Wendland, colega do "Poynter", "mas levar todo esse tempo para executá-lo é inaceitável".

Em seu retrospecto, Nazario afirma que o tempo gasto para escrever a série foi "uma das críticas mais justificadas que recebi. Acho que, para fazer uma reportagem como esta, é melhor fazê-la mais rapidamente."

Para Laurie Nikolski, editora associada do *The Journal News* de White Plains, Nova York, a maior lição resultante das discussões foi a importância da tomada antecipada de decisões éticas.

"O jornal deveria e poderia estar melhor preparado para a reação que estava por receber", afirma Nikolski. "Acho que a repórter foi deixada à deriva no processo. Acho que ela necessitava de mais apoio dos seus editores desde o princípio."

Nazario afirma que concorda e acha que, de forma geral, não existe discussão ética suficiente entre os repórteres e os editores nas redações.

"Não acredito que os editores puxem esse assunto com freqüência e nem que os repórteres falem disso com freqüência", afirma ela. "Se eu tivesse discutido a história mais no início, isso poderia ter me evitado parte dessas críticas. Não acho que teria evitado todas, mas parte."

A coisa mais importante a ter em mente é que, se Nazario foi capaz de encontrar essas crianças, também os serviços de proteção à criança poderiam tê-lo feito, afirma Tena Ezzadine, repórter investigativa da *WBNS-TV* de Columbus, Ohio.

"Histórias como esta, que captam a sociedade na sua forma mais rara, necessitam ser contadas", afirma Ezzadine. "Acho que o pior que podemos fazer como jornalistas é voltar as costas para histórias como esta, com medo da publicidade negativa."

"É impossível fazer algumas dessas reportagens sem causar nenhum dano", afirma Nazario. "A questão é o quanto você observa e como equilibrar isso, mostrando o que está acontecendo e o bem que pode vir ao se mostrar o que está acontecendo".

Este é um lembrete de que, às vezes, o grande jornalismo não termina com um final limpo e confortável, afirma Al Tompkins, líder do grupo de rádio e televisão do Instituto Poynter. Muito do poder da reportagem reside no fato de não haver sido convenientemente resolvido, afirma ele.

"Ao final, acho que foi uma reportagem forte e que ela atendeu bem o tema, as pessoas envolvidas e o público", afirma Nikolski. "Muitas vezes acho que, ao acompanhar questões da infância, a criança individual perde-se ou torna-se apenas algo com o que relacionar a questão. Sonia deu vida às crianças."

Permissão obtida para republicação, tradução e uso na Internet. Copyright (c) 2001 Instituto Poynter, centro de treinamento de jornalismo sem fins lucrativos.

Como Entender os Vigilantes dos Meios de Comunicação

Professora associada de Estudos da Comunicação
Faculdade Whitworth, Spokane, Washington

Os grupos vigilantes que observam as práticas e decisões éticas de jornalistas e organizações de comunicação são freqüentemente dirigidos por seus próprios valores e interesses, que necessitam ser avaliados para entendermos suas críticas.

Introdução

O papel do jornalismo na democracia norte-americana evoluiu até incluir sua função como vigilante do governo, o que significa que os jornalistas devem investigar quando autoridades eleitas abusam dos direitos e liberdades das pessoas comuns.

"Para os jornalistas, é evidente que o jornalismo investigativo informa o público, expõe a corrupção e aponta os erros", afirmou Jane E. Kirtley, professora de Direito e Ética nos Meios de Comunicação da Universidade de Minnesota, em artigo publicado no *Columbia Journalism Review* no último mês de outubro.

Entretanto, os jornalistas norte-americanos sofrem acusações rotineiras ao fazerem seu trabalho de forma que cause mais danos que benefícios. Se os jornalistas devem ser vigilantes, quem vigia o vigilante? Existem muitos voluntários para o trabalho de vigilância dos meios de comunicação; entretanto, as motivações e propensões desses vigilantes necessitam ser avaliadas para que se possa entender e analisar as suas críticas.

A liberdade de imprensa nos Estados Unidos pertence ao dono do jornal (emissora de televisão, revista ou boletim). Alguns meios de comunicação nacionais, incluindo a grande imprensa escrita, redes a cabo e emissoras jornalísticas, tendem a fazer da objetividade ou da imparcialidade o principal valor das notícias, porque isso é o que espera a sua audiência. As revistas, boletins e outros meios podem ter valores jornalísticos diferentes: defesa de uma idéia, tal como direitos humanos ou valores familiares, ou promoção de uma indústria, como moda ou automóveis. O dono do meio de comunicação decide quais serão os valores jornalísticos.

Os críticos dos meios de comunicação também possuem valores e interesses. O conhecimento dos valores dos críticos auxilia o leitor a compreender as perspectivas, interpretações e até a "tendência" (significando interpretação) adotada pelo crítico ao analisar os meios de comunicação. Algumas das críticas mais duras podem vir de dentro da profissão, que pode estar mais ciente das práticas e decisões éticas dos seus colegas, mas também eles baseiam suas críticas em valores refletidos na indústria jornalística.

Grupos Vigilantes Fora da Indústria

Os títulos dos artigos e declarações de missões podem fornecer algumas pistas sobre os interesses políticos de um grupo vigilante dos meios de comunicação, mesmo se o nome do grupo parecer ser o de um observador neutro. Por exemplo, o nome do Centro de Pesquisa dos Meios de Comunicação (MRC), com sede em Nova York [*http://www.mediaresearch.org/*] parece neutro, mas o MRC expõe claramente que não é neutro na sua declaração de propósitos. A divisão jornalística do MRC relata que, desde 1987, vem "trabalhando para trazer equilíbrio político aos meios jornalísticos da nação, documentando e reagindo contra orientações

liberais de programas jornalísticos das redes de televisão e das principais publicações impressas". O MRC afirma que ele é "a maior e mais respeitada organização conservadora de vigilância dos meios de comunicação do país". Os comentaristas do MRC aparecem rotineiramente em programas jornalísticos de rede e a cabo para criticar os meios de comunicação e suas posições favorecem interesses conservadores. Títulos recentes incluem: "20 Years of Liberal Spin From Gunga Dan" (20 Anos de Tendências Liberais de Gunga Dan) e "Talking Heads Talk Trash About Tax Cuts" (As Cabeças Falantes Falam Lixo sobre os Cortes de Impostos).
[*http://www.mediaresearch.org/news/reality/2001/Faxrep.html*]

Outros grupos vigilantes concentram-se na crítica à crescente riqueza e influência dos conglomerados empresariais. Novamente, seus nomes soam como neutros, mas seus interesses estão claramente declarados. O Canal da Mídia [*http://www.mediachannel.org/*] informa, na sua declaração de missão: "Mais do que nunca, estamos vivendo na era dos meios de comunicação e em um mundo dos meios de comunicação. Nove conglomerados multinacionais dominam os meios globais de comunicação; acordos de bilhões de dólares estão concentrando esse poder ainda mais. Ainda assim, estamos experimentando uma revolução tecnológica... A vitalidade do nosso discurso político e cultural depende de meios de comunicação livres e diversos que ofereçam acesso a todos".

FAIR (Imparcialidade e Precisão no Jornalismo) [*http://www.fair.org/index.html*] busca evidências de censura por donos de empresas, tendências empresariais gerais e falta de diversidade na cobertura noticiosa. Um artigo de março do FAIR [*http://www.fair.org/activism/aids-africa-abc.html*] argumentou que "World News Tonight", da BBC, fornecia apenas as perspectivas e interpretações das companhias farmacêuticas e seus patrocinadores em uma reportagem sobre patentes para drogas contra a AIDS na África.

As informações fornecidas por esses tipos de grupos vigilantes e as análises oferecidas podem auxiliar na interpretação da cobertura dos meios de comunicação, mas os leitores necessitam estar cientes das tendências e concepções subjacentes na crítica e seleção de reportagens.

A Crítica da Própria Indústria dos Meios de Comunicação

As críticas jornalísticas agem como vigilantes dos meios de comunicação dentro da indústria. Essas críticas são principalmente escritas por profissionais de comunicação para profissionais de comunicação, originam-se de universidades e não desejam manter perspectiva específica sobre as notícias ou interesses específicos para sua transformação. O editor executivo Mike Hoyt acredita que sua publicação, o *Columbia Journalism Review* (CJR) [*http://www.cjr.org/*], auxilia os jornalistas a fazer melhor um trabalho difícil.

"Neste país, a imprensa é o oxigênio da democracia", afirmou Hoyt em entrevista. "Enquanto a imprensa for vigilante, a sociedade funcionará bem. Consideramos nosso trabalho como encorajamento e inspiração à imprensa para que faça bem seu importante trabalho."

No ano passado, o CJR investigou e comentou o volume de notícias nacionais produzido em Nova York, para dar à nação uma perspectiva característica de Nova York; o uso de lobbyistas pelos donos de empresas de comunicações para exercer influência em Washington, D. C.; e como os advogados estão influenciando as decisões editoriais.

O CJR era a única publicação nacional de crítica aos meios de comunicação da sua espécie quando da sua fundação em 1961, pela Faculdade de Jornalismo da Universidade de Colúmbia. Atualmente, estão disponíveis outras publicações nacionais, que incluem o *American Journalism Review* [*http://ajr.newslink.org/*], publicado pela Fundação Universidade de Maryland, bem como publicações locais, como o *St. Louis Journalism Review* [*http://www.webster.edu/~review/*], que recentemente celebrou seu 30º aniversário na Universidade Webster.

Essas publicações proporcionam perspectiva interna e interpretação que refletem os valores da indústria principal: a proteção da Primeira Emenda, verdade e precisão, jornalismo equilibrado. Os profissionais dos meios de comunicação dos Estados Unidos estão mais dispostos a receber críticas de uma publicação sobre jornalismo que dos vigilantes dos meios de comunicação com interesses políticos, afirma Hoyt, pois a publicação oferece perspectiva "externa" de quem está dentro da indústria.

"É muito fácil falar mal das pessoas. Queremos ser rígidos, mas queremos entender a posição do jornalista", afirma Hoyt. "Existem muitas críticas no ar. Existe a tendência de tampar os ouvidos para elas, a menos que sejam bem feitas e cheguem a nós através de um dos nossos."

A Crítica dos Conselhos Jornalísticos

Numerosos jornalistas e organizações jornalísticas tentaram ou ao menos consideraram seriamente a criação de conselhos jornalísticos para arbitrar disputas entre jornalistas e as pessoas que eles cobrem. O Conselho Jornalístico Nacional, seguindo o modelo do seu primo inglês, o Conselho Jornalístico Britânico, durou apenas pouco mais de uma década, fechando em 1984. O Conselho Jornalístico de Minnesota [*http://www.mtn.org/~newscncl/*], contudo, vem mantendo esse fórum com sucesso desde 1971. Ao lidarem com disputas, os membros do conselho tentam primeiramente reunir os gerentes de jornalismo e os que acreditam haverem sido prejudicados por reportagens para discussão. Freqüentemente, isso resolve o conflito. Menos de 8% dos que apresentam queixas acabam por solicitar audiência perante o conselho de doze membros, que compreende seis jornalistas e seis cidadãos comuns.

O Conselho Jornalístico de Minnesota tomou mais de cem decisões em sua história, mas isso simplesmente significa que o conselho declarou publicamente se o jornalista ou a organização noticiosa havia agido de forma ética no caso em questão. O Conselho Jornalístico não tem outro poder.

"Notamos que, quando os membros do público acompanham o nosso processo, seu respeito pelos meios noticiosos é maior ao final que era no começo", escreve o fundador Bob Shaw no Web site do conselho de Minnesota. "Eles observam que o nosso conselho, composto igualmente de membros dos meios de comunicação e do público, não é um truque astuto de relações públicas, mas um exercício de imparcialidade fundamental."

Mas os conselhos jornalísticos também movimentam sua parcela de controvérsia. Alguns acreditam que a formação desses conselhos ameaça as liberdades da Primeira Emenda por centralizar os padrões jornalísticos, enquanto outros desejam evitar a interpretação dos motivos de um colega. A *KSTP-TV* de Mineápolis e sua companhia controladora, *Hubbard Broadcasting*, nunca participaram do conselho.

"Se alguém achar que fizemos algo de errado, pode vir falar conosco diretamente, ou terá o recurso nos tribunais", afirmou Stanley Hubbard, diretor geral, ao *Star Tribune* de Mineápolis em 1996. "Não quero estar em uma situação em que um painel de pessoas está sentado, julgando o nosso julgamento."

Outros conselhos enfrentaram críticas similares. O Conselho Jornalístico de Washington, ativo há dois anos, com sede em Seattle, foi acusado de não ser mais do que um grupo de intrometidos auto-nomeados que está realmente do lado contrário aos meios de comunicação. Esse conselho também foi acusado de receber seus principais fundos da Fundação Bill e Melinda Gates, a entidade mantida pelo fundador da Microsoft e sua esposa, de forma a criar um potencial conflito de interesse e dilema ético em um grupo projetado para cuidar da ética nos meios de comunicação.

Apesar dessas preocupações, os conselhos jornalísticos oferecem uma oportunidade muito necessária para que o público interaja e ofereça críticas aos meios de comunicação, afirmou Geneva Overholser, ex-ombudsman do *Washington Post* agora na faculdade da Universidade de Missouri, em um artigo do *Columbia Journalism Review* no último mês de fevereiro. "Não podemos deixar passar nenhuma oportunidade decente de manter-nos responsáveis e auxiliar o público a entender tudo o que fazemos

para manter nossos princípios e conseguir nossos fatos honestamente", afirmou Overholser.

Críticas das Organizações Profissionais

As organizações profissionais auxiliam os jornalistas a aprimorar conhecimentos e enfrentar questionamentos legais quando seus direitos da Primeira Emenda são contestados. A Associação dos Diretores Jornalísticos de Rádio e Televisão aprovou publicamente a decisão do Tribunal de Apelações de permitir o áudio ao vivo de argumentos orais no caso Estados Unidos vs. Microsoft [*http://www.rtnda.org/news/2001/microsoft.shtml*]. As autoridades da Sociedade dos Jornalistas Profissionais pronunciaram-se regularmente contra a intervenção governamental no trabalho diário dos jornalistas. A importância que essas organizações depositam sobre a liberdade jornalística é evidente nas críticas, elogios e mesmo no apoio financeiro que elas fornecem.

Essas mesmas organizações também podem criar códigos de ética que auxiliam a orientar a prática profissional dos jornalistas. Quando os jornalistas desrespeitam os códigos, as organizações podem ocasionalmente apresentar oposições à violação. O Comitê de Ética da Sociedade dos Jornalistas Profissionais acusou a *Fox, ABC, CBS, NBC, CNN* e a *Associated Press* de desrespeitarem o Código da Sociedade [*http://www.spj.org/ethics/code.htm*], por não "atuarem de forma independente". Todas essas importantes agências de notícias haviam contratado o *Voter News Service* (Serviço de Notícias do Eleitor) para obter os resultados da eleição presidencial de novembro e confiaram no relatório impreciso do serviço de que o então vice-presidente Al Gore havia obtido os votos eleitorais da Flórida [*http://www.spj.org/news/112100_pressrelease.htm*]. Essa crítica baseia-se na suposição de que as organizações noticiosas devem buscar e verificar as informações de forma autônoma, e não confiar em serviços contratados. A importância de atuar independentemente fornece a base de contestação do julgamento das notícias pelos jornalistas.

Entretanto, as investigações e condenações diretas de reportagens inadequadas pelas organizações internas da indústria são raras. "Se isso (a má prática profissional) estivesse acontecendo em qualquer outra profissão ou centro de poder na vida norte-americana, os meios de comunicação estariam cobrindo toda a história, colocando a instituição ofensora sob a luz da análise", escreveu o jornalista vencedor do Prêmio Pulitzer, Sydney H. Schanberg, em um editorial do *Washington Post* em 1999. "Quando as empresas de advocacia rompem cânones éticos, os corretores de Wall Street ludibriam clientes, ou companhias de assistência médica negam cuidados essenciais aos pacientes, nós, jornalistas, consideramos notícia e freqüentemente a colocamos na primeira página. Mas, quando a nossa profissão é a faltosa, nós agimos com calma."

"Nenhum jornal anseia por reconhecer suas deficiências, ou expô-las aos seus concorrentes (que poderão agradecer pelo favor). Todos temos roupas sujas", acrescentou Schanberg.

Enquanto isso, o público norte-americano acredita que os meios de comunicação não são suficientemente críticos de si mesmos e não demonstram respeito de forma consistente pelas comunidades que afirmam servir, de acordo com estudos da Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais [*http://www.asne.org/kiosk/reports/99reports/1999examiningourcredibility/*].

Em resposta a essa pesquisa, a Associação dos Editores Gerentes de Imprensa adotou abordagem diferente de encorajamento de críticas, ao reunir leitores e aqueles diretamente pressionados pelas notícias em mesas de discussão com os editores e responsáveis dos jornais locais. Com o apoio da Fundação Ford, as sessões financiadas pela Associação examinam a credibilidade jornalística nas redações em todos os 50 Estados, afirma o editor gerente do *Birmingham News* e coordenador do projeto, Carol Nunnelley. Estes fóruns permitem que a crítica externa seja trazida para as redações.

O *Spokesman Review* de Spokane, Washington, promoveu em janeiro de 2001 sua mesa redonda, a primeira da série. Membros do conselho municipal, construtores, acadêmicos e ativistas comunitários mantiveram uma discussão de duas horas com editores e repórteres do jornal. Eles analisaram os potenciais conflitos de interesse para o responsável

pelo jornal, cuja família construiu um shopping e estacionamento no centro da cidade que foi envolvido em controvérsias.

"Isso (o diálogo) permitiu que as pessoas interessadas se reunissem com os jornalistas reais, sem nenhum filtro entre eles", afirma Chris Peck, presidente da Associação e editor do *Spokesman Review*. "Ele exigiu que os dois lados fossem mais honestos e não permitiu que as pessoas falassem alto ou delirassem. Se você fosse muito desconfiado ou arrogante com os meios de comunicação, alguém chamaria a sua atenção a respeito."

Conclusão

O correspondente aposentado do *Washington Post* declarou, na Conferência do Jornalismo Vigilante de Nieman em 1998: "O medo do abuso do poder foi a força galvanizadora na Revolução Americana e continua a ser a justificativa mais forte para uma imprensa contestadora e completamente independente". Ainda no mesmo discurso, Marder afirmou que os norte-americanos não confiam nos seus meios de comunicação porque eles são reservados demais sobre a forma como funciona o jornalismo. Existe tensão entre essas variáveis: encorajar uma imprensa vigilante, encorajar a crítica daquela imprensa sem sufocá-la e manter as liberdades de imprensa e dos seus críticos.

Alguns acreditam que o papel de vigilante é melhor desempenhado por grupos externos, mesmo se esses grupos possuírem seus próprios interesses. Outros acreditam que os que se encontram dentro da indústria da comunicação estão mais bem equipados para efetuar críticas, particularmente por serem mais provavelmente respeitados pelos jornalistas. De uma forma ou de outra, entretanto, todos esses vigilantes contribuem para a discussão contínua do significado da existência de uma imprensa livre em uma sociedade livre.

Virginia Whitehouse, Ph.D., é professora associada de Estudos da Comunicação da Faculdade Whitworth em Spokane, Washington. Ela é vice-presidente da Divisão de Ética dos Meios de Comunicação da Associação Educacional de Jornalismo e Comunicação de Massa e ex-presidente da Comissão Educacional Nacional para o Jornalismo da Sociedade de Jornalistas Profissionais.

O Jornalismo na Era da Web

Bob Giles
Editor de *Nieman Reports*
Fundação Nieman de Jornalismo
Universidade de Harvard

O jornalismo online é combativo e mal-humorado, mas seu estilo e o ciclo de notícias 24 horas levanta questões sobre como o jornalismo no ciberespaço pode oferecer reportagens compatíveis com os mais altos padrões jornalísticos.

As grandes organizações noticiosas lutam para aplicar padrões antigos de notícias na Web, mas estão descobrindo que não é fácil traduzir as virtudes de precisão, equilíbrio e clareza para um meio em que prevalecem as vantagens da velocidade e da conveniência.

A tecnologia da Web fortaleceu as tradicionais funções de vigilância do jornalismo, ao fornecer aos repórteres formas eficientes de sondar de maneira mais profunda em busca de informações. A capacidade de busca de documentos, compilar contexto histórico e antecedentes e identificar fontes confiáveis expandiu a caixa de ferramentas do repórter. Ela também introduziu uma cultura fundamentalmente diferente, com base na interatividade, menor número de normas e menos limites.

A velocidade e a conveniência um dia foram a força dos jornais. Os serviços a cabo estabeleceram sua reputação ao serem os primeiros com as grandes reportagens, que as pessoas tipicamente encontravam nos seus jornais locais. O imediatismo da televisão tomou para si essa característica da imprensa escrita. Agora, a Web estabeleceu suas próprias vantagens de rapidez e conveniência; e, ao fazê-lo, ela permitiu que os jornais fechassem o círculo, fornecendo notícias urgentes e estendendo a identidade de suas marcas para inovações tais como edições vespertinas online.

Na intersecção entre o jornalismo tradicional e a Web, as tentativas de aplicação dos padrões da redação tradicional encontram outros valores, tais como a liberdade, irreverência, defesa de pontos de vista e atitudes. Os jornalistas da Web argumentam que o tom olímpico da imprensa tradicional não funciona online. Eles comparam o seu novo meio com o verdadeiro espírito da Primeira Emenda da Constituição norte-americana, que assegura liberdade de expressão, imprensa e reunião. Os redatores online observam que seu novo meio é uma reminiscência de um tempo em que os jornais eram combativos e mal-humorados. Ann Compton, da *ABCNews.com*, descreve a diferença essencial entre sua equipe online e os jornalistas televisivos da rede: "Escrevemos de forma mais clara. Incluímos mais gíria. Existe uma riqueza na cobertura ponto.com que realmente não se pode fazer na televisão." Comparações similares podem ser feitas entre a Web e os jornais diários.

Essa "riqueza" é compatível com os mais altos padrões jornalísticos? Pode a natureza livre, provocadora e irreverente da Web adaptar-se a uma cultura cujas tradições foram moldadas por um meio mais sóbrio e estruturado?

O processo de estabelecimento de padrões online está se movendo, influenciado por três desenvolvimentos. Em primeiro lugar, está a realidade de que os Web sites de notícias dominantes serão conduzidos pelos meios de comunicação antigos: as organizações noticiosas tradicionais, tais como jornais diários, revistas de informação e as principais estações de televisão em rede e a cabo. O que torna isso uma realidade é a influência do mercado, que tem sido especialmente cruel para as pontocom iniciantes. Aqueles que detêm capital insuficiente, reputações jornalísticas marginais ou fracas estratégias de marketing estão

sendo extintos. Dentre os sobreviventes, encontram-se as grandes organizações noticiosas, que detêm os recursos para estabelecer poderosos Web sites e assegurar que essas tribunas reflitam os rigorosos padrões com que são escritas e editadas suas publicações impressas.

Em segundo lugar, estão os esforços dos jornalistas online para elaborar padrões para a Web. A Associação Noticiosa OnLine está começando um projeto para desenvolver fortes orientações, que incluem recomendações de como elas podem ser aplicadas e monitoradas. Uma doação da Fundação John S. e James L. Knight permitirá que a Associação Noticiosa Online contrate um diretor de projeto e cumpra com o prazo de outubro de 2001 para as orientações recomendadas.

Rich Jaroslovsky, presidente da Associação Noticiosa Online e editor gerente do *The Wall Street Journal Interactive*, afirma que "há muita força impulsionando o projeto". Muitas decisões noticiosas online estão sendo tomadas "por instinto", afirma Jaroslovsky, "sem haver um motivo para a decisão. Esperamos desenvolver um documento que não dirija, mas que convença", não apenas os jornalistas, mas também aqueles que estão trabalhando em outras culturas online, fazendo distinção entre o jornalismo e o comércio.

Em terceiro lugar, e talvez a mais ampla influência sobre os padrões jornalísticos, está a interatividade resultante quando os jornalistas colocam seus endereços de correio eletrônico na Web. O correio eletrônico pode trazer reações imediatas a uma reportagem que acabou de ser colocada na Web, bem como para aquela que é lida no jornal durante o café da manhã. Alguns repórteres estão estabelecendo barreiras contra esse engajamento com os leitores, preferindo não ter correio eletrônico ou ser escoltados por um filtro que deixe passar apenas as mensagens que eles acham que querem receber.

O correio eletrônico permite que repórteres e editores recebam notícias de pessoas que possam saber algo sobre a reportagem e que possam compartilhar uma perspectiva confiável, fornecer fontes adicionais ou levantar a possibilidade de que a reportagem possa ser desequilibrada ou parcial. O potencial dessa interatividade é poder contribuir com o aumento do nível do desempenho jornalístico.

Jon Katz, comentarista da Web que escreve para o *Slashdot.com*, afirma: "O que é surpreendente para mim é o grau com que os leitores me responsabilizam pelo que estou fazendo. Escreva o que escrever, sua coluna é lida pelas pessoas mais entendidas no assunto... O que você aprende é que a sua coluna não é a última palavra, é a primeira palavra".

Permissão concedida para republicação, tradução e uso na Internet. Reimpresso com permissão do Nieman Reports.

O Jornalismo na Era do Dinheiro

Diana B. Henriques
Jornalista financeira do *The New York Times*

A partir do início dos anos 1980, a economia norte-americana começou a mover-se em harmonia com os mercados, gerando empregos e prosperidade. O autor explora como os jornalistas cobriram esta era do dinheiro e lidaram com suas tentações eternas.

Em 1980, trabalhei em Nova Jersey como repórter investigativa no *The Trenton Times*, tentando desatar os ângulos locais da estranha operação "Abscam", na qual membros do Congresso foram filmados secretamente aceitando suborno de agentes secretos que se apresentaram como assistentes de um xeque árabe. No fim de 1982, eu era repórter financeira, cobrindo a crise da dívida latino-americana para o "The Philadelphia Inquirer". O estudioso dos meios de comunicação Dean Rotbart estima que havia apenas alguns milhares de jornalistas financeiros em 1980. Quando o seu boletim, o *TJFR Business News Reporter*, realizou a primeira contagem em 1988, havia cerca de 4.200 de nós nos cinqüenta principais mercados jornalísticos e em publicações financeiras nacionais nos Estados Unidos.

Treinados em atividades de jornalismo político, estávamos totalmente despreparados para cobrir o legado econômico da década de 1970. Antes de memorizarmos todos os membros da OPEC, a próxima "guerra" já estava à nossa frente: a campanha do presidente do Federal Reserve Paul Volcker para conter a inflação. Isso exigia algo novo: um vocabulário capaz de explicar o fatal desencontro entre as taxas de tomada e concessão de empréstimos nos bancos e organizações de poupança e empréstimos, uma usurpação do relacionamento entre risco e recompensa e pelo menos uma idéia rudimentar de quem regulamentava os bancos, organizações de poupança e empréstimo, fundos do mercado financeiro e companhias de seguro. Não era o nosso melhor momento, para dizer o mínimo.

O lado positivo dessa jornada frenética de aprendizado durante o trabalho foi que cada dia de trabalho trazia uma nova oportunidade de desenvolvimento e crescimento. Uma conseqüência menos satisfatória da nossa odisséia é que estávamos constantemente subindo a ladeira da curva de aprendizado. Nossa ignorância inicial dificultou a análise independente e o ceticismo. E, muitas vezes, antes de podermos concluir a produção de artigos lúcidos e profundamente informados que são a alegria do ápice da curva de aprendizado, estávamos novamente em território desconhecido.

A tecnologia, acima de tudo, está fazendo tremer o navio onde tentamos proteger-nos dela. Não somos mais meros jornalistas, alguns de nós somos "fornecedores de conteúdo multimídia". Em 1980, uma pesquisa aos arquivos significava folhear gordos envelopes ou frágeis recortes; hoje, as reportagens antigas de todos estão a dois cliques de distância. Naquela época, a única forma para enviar uma reportagem de fora da redação era ditando-a em um telefone público para alguma pessoa que a reescrevesse. Hoje, dito minhas reportagens para o software de reconhecimento de voz instalado no meu laptop e envio-as por correio eletrônico, verificando mais tarde por telefone celular para saber se o revisor tem alguma pergunta.

Nos bons dias, acredito que esse "boom" notável de vinte anos no jornalismo financeiro produziu uma equipe de jornalistas financeiros com profundidade e amplitude sem paralelos e a tecnologia atual está simplesmente nos permitindo fazer mais, melhor e

mais rápido. Mas, se os melhores e mais brilhantes de hoje são muito mais experientes sobre os mecanismos modernos de jornalismo financeiro, eles parecem muito mais ingênuos sobre as suas eternas tentações. Os que cobrem a "nova economia" para os "novos meios de comunicação" parecem especialmente assombrados com a razão pela qual é tão bom negócio investir diretamente nas indústrias que eles cobrem, ou aceitar ações internas a custo menor em ofertas públicas iniciais de algumas indústrias, ou realizar trabalho de consultoria paralelo para companhias de tecnologia.

Janelle Brown, em seus escritos ponderados para a "Salon" em meados de 1999, sugeriu que necessitamos de novas normas éticas "suficientemente flexíveis para antecipar novas questões que certamente surgirão nesta indústria que anda a passos rápidos, em que a vida dos jornalistas é cada vez mais entrelaçada com as pessoas sobre quem eles escrevem e sobre as companhias que eles cobrem. Ou todos os jornalistas tecnológicos necessitam simplesmente aceitar que, ao unirem-se às equipes de jornalistas, eles estão fazendo juramento para repudiar as tentações das riquezas tecnológicas?"

Bem, sim. Pelo menos as riquezas que levantem questões sobre a independência e a credibilidade das suas reportagens. Um jornalista tecnológico pode evitar conflitos inadequados simplesmente ao investir apenas em fundos mútuos com bases amplas. (Naturalmente, esses fundos podem deter algumas ações de tecnologia. Mas alguém além de você estará decidindo quais ações manter e por quanto tempo. E, é claro, os que trabalham em organizações noticiosas da Internet têm interesse pessoal no setor, seja pelas suas ações ou não – mas isso está descrito por inteiro no seu cartão de visitas, felizmente.)

Estas não são, apesar de tudo, questões da "nova economia". A traição tem sido tentação para os jornalistas desde que a República era recém-nascida. A investigação congressual da quebra do mercado de ações em 1929 reuniu evidências de que manipuladores do mercado haviam pago a repórteres de jornais de Nova York para especular com ações procuradas. Ronald Steel ressaltou, em sua magnífica biografia de Walter Lippmann, que o lendário jornalista pré-Segunda Guerra Arthur Krock, quando trabalhava no *New York World Telegram*, realmente tinha outro emprego de conselheiro de relações públicas na empresa de Dillon, Read em Wall Street. A manutenção de um interesse pessoal não divulgado em qualquer cenário em que se espera que você cubra de forma independente e objetiva (seja um movimento político, uma peça da Broadway ou uma ação da Internet) viola os conceitos pré-cambrianos de ética jornalística. E, em todas as gerações, existem jornalistas sinceros mas mal orientados que acreditaram que, no seu caso, era diferente.

Um deles era, como eu, militante do jornalismo local em Trenton. Em 1981, ele foi trabalhar no Serviço de Notícias Dow Jones e, em julho de 1982, foi contratado pelo *The Wall Street Journal* para ajudar a escrever a influente coluna do jornal, "Ouvido na Rua".

Seu nome era R. Foster Winans.

Como os jovens jornalistas tecnológicos de hoje, Winans achou que sua vida em breve estaria "entrelaçada" com as pessoas ricas e hábeis que ele cobria. Ele também estava decepcionado com a mesquinharia dos contracheques dos jornalistas. Da mesma forma, ele estava certo de que poderia investir paralelamente sem "deixar que meus investimentos alterem meu julgamento no trabalho, de nenhuma forma". Logo após chegar ao jornal, Winans comprou secretamente 400 ações de uma companhia pequena e sem liquidez, American Surgery Centers, e em seguida escreveu positivamente sobre a companhia na sua coluna.

"Eu sabia que o que estava fazendo era tecnicamente anti-ético para um jornalista", escreveu ele na sua autobiografia "Trading Secrets: Seduction and Scandal at The Wall Street Journal" (Segredos Comerciais: Sedução e Escândalo no "The Wall Street Journal"), publicado pela *St. Martin's Press* em 1986. Mas, de alguma forma, ele raciocinou que "a questão ética era puramente de aparências... Se ninguém descobrisse, ninguém perceberia um possível conflito e, portanto, não teria feito nada anti-ético. Era um raciocínio levemente circular, mas ele me levava para além da grande dificuldade."

Em seguida, Winans havia concordado em informar a um corretor sobre ações que seriam mencionadas nas suas colunas "Ouvido na Rua", em troca de uma

parcela dos lucros. Ele ganhou cerca de US$ 30.000 com este negócio, mais do que em um ano de jornal. O jornal, ultrajado, informou em 29 de março de 1984 que corregedores estavam investigando o esquema. Em junho de 1985, Winans foi condenado por diversas acusações de fraudes postais e telegráficas federais; ele foi mais tarde sentenciado a dezoito meses de prisão. Em 1987, a Suprema Corte dos Estados Unidos ratificou sua condenação.

Embora Winans insistisse até o final que não havia violado nenhuma lei, ele sabia o que havia feito aos seus colegas jornalistas. Ele havia "confirmado as suspeitas de muitos investidores sobre os jornalistas dos mercados de ações; que eles tinham vantagens pessoais sobre as informações obtidas. Entender isso atingiu-me duramente".

Analisando após 16 anos, ainda acho que o caso Winans coloca todas as apavorantes tentações do jornalismo financeiro moderno em aguda distinção para mim. Como alguém poderia cometer erros por questões ambíguas? Mas Matt Welch, jovem e virulento crítico dos meios de comunicação do *Online Journalism Review*, disse-me recentemente que ele está convencido de que os pecados de Winsan, se fossem cometidos hoje, não provocariam um décimo da ira dos meios de comunicação expressa em 1984. Quando uma colunista de fofocas do Vale do Silício aceitou ações de baixo custo, antes da oferta pública inicial, de um executivo de tecnologia local, observa ele, muitos profissionais supostamente sensíveis comentaram em voz alta se ela havia feito algo de errado. "Os jornalistas vêem todas essas pessoas ficando ricas, incluindo outros jornalistas, quando o conteúdo online valia alguma coisa", afirma Welch. "E muitos realmente perderam o bom senso."

Posso apenas esperar que ele esteja errado. Se estiver, não importa o quanto os jovens jornalistas de hoje fiquem ricos neste grande mercado do jornalismo financeiro, o próprio jornalismo ficará mais pobre além da medida.

Mas vamos supor, por influência de algum Chardonnay convincente, que a maior parte de nós atinja a escarpa rochosa do ceticismo inteligente e ali cave para sempre, produzindo regularmente cobertura financeira lúcida e bem pensada. E vamos também prever (sim, por favor, apenas mais um gole daquele vinho) que a maior parte de nós o faça com nossa honra e reputação intactas. Ainda estaríamos discutindo que tipo de pessoas nós somos. E, por fim, esta explosão do jornalismo financeiro não é realmente sobre nós. Ao contrário, é sobre nosso relacionamento com os que estamos tentando atingir, sejam eles leitores, telespectadores ou (Deus nos acuda!) "globos oculares".

A maior parte dos novos jornalistas financeiros em 1980 abordava instintivamente, e talvez através de um ponto de vista errado, os jornais financeiros locais a partir da perspectiva dos trabalhadores envolvidos; afinal, nós mesmos éramos trabalhadores, com saudável desconfiança sobre o que se passava por gerenciamento nos negócios do jornal. À medida que passava a década de 1980, nossos "leitores" tornaram-se "consumidores". Com o passar da década de 1990, esses "consumidores" transformaram-se em "investidores". E, atualmente, alguns de nós estamos falando somente para investidores que também possuem modems de computador.

Algo triste ocorreu ao longo do tempo: à medida que nossa audiência pretendida se tornava mais limitada, isso acontecia também conosco. O jornalismo financeiro hoje raramente tange as cordas sonoras dos temas emocionantes do grande jornalismo. A maioria simplesmente grunhe e cochicha, um clarinete de palheta contra o ritmo das caixas registradoras e do impressor de fita. Os homens e mulheres que lutaram para explicar o tumulto econômico da década de 1970 (as linhas de gás, as fábricas fechadas e a aparente erosão da competência norte-americana) não estavam escrevendo para consumidores, nem para investidores. Eles estavam escrevendo para cidadãos, para pessoas que tinham profundas preocupações sobre como esta nação havia sido modificada. Eles presumiram uma audiência cujas preocupações se desenrolavam para muito além do desempenho do seu 401(k) e dos contratos de "leasing" do seu Grand Cherokee.

Não sei sobre você, mas eu preferiria estar escrevendo novamente para essas pessoas. Suspeito que nada do que alcancemos em termos de competência e integridade como jornalistas

financeiros nos próximos anos terá muita importância, a menos que o façamos.

Diana B. Henriques é autora de duas reportagens financeiras, "Fidelity's World: The Secret Life and Public Power of the Mutual Fund Giant" - O Mundo da Fidelidade: A Vida Secreta e o Poder Público do Gigante dos Fundos Mútuos - e "The White Sharks of Wall Street: Thomas Mellon Evans and the Original Corporate Raiders" - Os Tubarões Brancos de Wall Street: Thomas Mellon Evans e os Agressores Empresariais Originais

Reimpresso de "Columbia Journalism Review". Novembro/dezembro de 2000.

Os Códigos de Ética dos Meios de Comunicação e para Além deles

Robert Steele e Jay Black

(Reimpresso com permissão de *American Editor*)

(c) 1999 American Society of Newspaper Editors

Os códigos de ética podem auxiliar os funcionários de redações e estabelecer credibilidade jornalística sobre os muitos problemas éticos que podem encontrar no seu trabalho. A Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais (ASNE) solicitou a dois importantes estudiosos da ética nos meios de comunicação que analisassem 33 códigos de ética atuais, elaborados pelas suas Comissões de Éticas e Valores. O objetivo foi de ressaltar os aspectos mais comuns e úteis desses documentos, para auxiliar os editores a avaliar seu próprio código de ética, ou a criar um, conforme sua opção.

A recente enxurrada de códigos escritos sugere que os editores e jornalistas estão levando a sério as questões éticas. O processo de elaboração, revisão, debate e implementação dos códigos apresenta bom valor terapêutico por si próprio. Mais do que isso, os jornais com princípios claramente enunciados e valores declarados, em combinação com forte habilidade de tomada de decisões éticas, pode melhor servir seus leitores e o interesse público. Neles permanece uma conexão essencial com a credibilidade.

Não é surpresa que os 33 códigos de ética oferecidos pelos jornais membros da ASNE incluam ampla variedade de abordagens para lidar com dilemas morais. Alguns são fortes na tradição honrada pelo tempo, enquanto outros aventuram-se no impacto das novas tecnologias na virada do novo século.

Os códigos, em sua maioria, são extensas listas de "faça e não faça", salpicadas com um elemento ocasional sobre o processo de tomada de decisões. Alguns assumem posição decididamente de fácil utilização, similares a conversas entre colegas que respeitam as questões dos demais por excelência. Outros apresentam tom muito mais negativo, carregados com "V. Sª não deve" e inspirando tom paternalista, o que implica que os funcionários são inclinados a aceitar qualquer coisa não especificamente proibida pelos códigos.

O tema mais popular desses códigos é o conflito de interesses, que inclui questões que variam desde aceitar presentes e viagens até o envolvimento político e atividade comunitária. Cerca da metade dos códigos que examinamos lida com as questões de fontes e assuntos de manipulação de fotografias. Poucos lidam com correções e plágio.

Faltam em muitos códigos padrões ou discussões sobre privacidade, erros, identificação de suspeitos jovens e estereótipos raciais. Menos de um em cada cinco códigos discute a questão das tensões entre o departamento editorial e o de publicidade. Muitos códigos ignoram a questão da colocação em prática.

Esses 33 códigos também variam muito de tamanho. O *Daily Press of Newport News*, Virgínia, contém cerca de oito mil palavras, enquanto o *The Arizona Republic*, Phoenix, dentre outros, é comparativamente eficaz com 500 palavras.

Esta não foi uma amostragem aleatória, pois tratou-se de envios voluntários em resposta a uma solicitação geral. Entretanto, esses códigos refletem as diversas formas como os jornais norte-americanos tratam as questões éticas.

Ao examinar esses 33 códigos, concluímos que os códigos de ética dos jornais, da mesma forma que na

maior parte das instituições profissionais, tentam atender pelo menos duas funções importantes: relações públicas e educação. Um bom código de jornal promove o pensamento e comportamento ético no jornal, mostrando aos recém-chegados onde estão as minas terrestres e lembrando aos veteranos os valores e normas da redação. Ele também justifica as atividades dos jornalistas para o público de forma geral, especialmente durante épocas de reduzida credibilidade e maior escrutínio público. Essas funções são freqüentemente refletidas nos preâmbulos dos códigos. A seguir encontram-se alguns trechos e exemplos dos 33 códigos apresentados para nossa análise.

Relações Públicas

São bons exemplos de códigos sensíveis às relações públicas os seguintes:

O código do *The News & Observer*, Raleigh, Carolina do Norte, afirma que:

> "Para que *The News & Observer* seja a principal fonte de notícias e informações da região, necessitamos ter a confiança e a credibilidade dos nossos leitores. Os leitores devem saber que o jornal que chega à sua porta toda manhã está lá para servir a eles, não a políticos de certa estirpe, nem a grupos especiais de interesse. Isso coloca sobre nós, editores, repórteres, revisores, pesquisadores, fotógrafos, desenhistas, artistas gráficos e pessoal de apoio, o encargo de evitar conflitos de interesse ou mesmo a aparência de tais conflitos".

Um código de jornal que busca lembrar eloqüentemente seus funcionários da tomada de decisões éticas, com um olho voltado para a imagem pública, é o *Orlando Sentinel*, da Flórida, que afirma:

> Apoiamos os valores jornalísticos de verdade, honestidade, coragem, imparcialidade, compaixão, equilíbrio, independência, credibilidade e diversidade.
>
> Buscamos a verdade e a relatamos da forma mais completa possível, sob pressões de prazos, lutando em busca de reportagens claras, concisas e completas.
>
> Buscamos disseminar perspectivas concorrentes sem sermos indevidamente influenciados por aqueles que utilizem seu poder ou posição.
>
> Buscamos dar voz aos que não têm voz.
>
> Buscamos tratar as fontes, entrevistados e colegas como pessoas que merecem nosso respeito e não meramente como meios para nossos fins jornalísticos.
>
> Buscamos informar nossos leitores e refletir de modo correto a amplitude da nossa comunidade.
>
> Nossa primeira obrigação é com a nossa credibilidade; ou seja, com o público de forma geral e não com nenhuma outra pessoa, empresa ou interesse específico. Os funcionários deverão evitar qualquer atividade que prejudique sua integridade ou coloque em risco a confiança dos leitores em nós.

Conflitos de Interesse

Conforme observado anteriormente, os conflitos de interesse, que incluem questões de independência e comportamento pessoal, são o elemento mais popular dos códigos examinados.

Apenas um dos 33 jornais não abordou esta questão; um quarto dos códigos lida exclusivamente com questões de conflito de interesse, sem dar atenção a nenhuma outra questão. *The San Francisco Chronicle* (Califórnia) lida com muitas questões da obtenção de notícias em sua declaração de 2.000 palavras sobre "Obtenção de Notícias com Ética", mas não trata de conflitos de interesse.

O segundo elemento mais comum dos códigos que examinamos são as fontes de notícias. Dos 33 códigos, 18 lidam de alguma forma com questões do relacionamento entre fonte e repórter e acordos de confidencialidade. Alguns jornais tratam da questão em algumas seqüências, enquanto outros dedicam diversas páginas da sua política a este assunto.

É interessante que a questão de manipulação e alteração de fotos seja incluída em quase a metade desses 33 códigos. Não se encontraria este assunto

abordado na maior parte dos códigos dos jornais dez anos atrás.

Talvez de forma surpreendente, menos da metade dos 33 códigos que examinamos aborda a questão de correções. Apenas 13 dos 33 códigos incluem algo sobre plágio.

As questões de erros e representação errada são incluídas de forma ainda menos freqüente. Apenas 11 dos 33 códigos dedicam alguma atenção a este assunto. Enquanto vários dos códigos lidam extensamente com questões de privacidade e estabelecem orientações para a coleta de notícias, apenas um quarto dos códigos trata do assunto. Aproximadamente o mesmo percentual de códigos trata de questões de manipulação de citações e de fabricação de personagens ou conversas. Apenas quatro dos códigos incluem alguma orientação sobre uma das questões duras enfrentadas atualmente pelos jornais: a identificação de suspeitos, particularmente suspeitos juvenis.

Valores Eternos

Para ser preciso, esses códigos incluem atenção considerável aos princípios da fundação do jornalismo e valores eternos. Estes são alguns dos melhores exemplos.

O *Journal News of White Plains*, Nova York (ex-*Gannett Suburban Newspapers*) inclui no capítulo de imparcialidade o seguinte:

As alegações contra um indivíduo muitas vezes exigem uma resposta. Caso a pessoa não possa ser contatada, informe a situação, mas somente após empenhar-se seriamente para encontrá-la. Considere a postergação da publicação, se possível, para ouvir o outro lado; caso isso não seja possível, considere continuar tentando encontrar a pessoa para obter uma inserção para edições posteriores ou para a continuidade da reportagem. Caso a publicação de uma reportagem tenha sido adiada, deverão ser considerados esforços adicionais para encontrar as pessoas indisponíveis no momento de escrevê-la.

Novas Tecnologias

The Journal Gazette (Fort Wayne, Indiana) é um dos poucos jornais a abordar assuntos da Internet na sua política de ética:

"Aplique nossos altos padrões de precisão e créditos a tudo o que você encontrar ao utilizar serviços eletrônicos. Assegure-se de que a comunicação seja genuína e a informação seja precisa antes de utilizá-la em uma reportagem".

News & Observer de Raleigh também aborda questões éticas no uso da Internet. Sua seção sobre plágio diz o seguinte:

"Não apresente idéias ou escritos de outras pessoas, repassando-os como se fossem seus próprios. Com a explosão da Internet, temos mais acesso a mais informações de outras fontes, mas temos que resistir à tentação de utilizá-las sem créditos. Esta política é simples e segura: não o faça".

Fontes e Repórteres

O código do *The San Francisco Chronicle* oferece um dos tratamentos mais claros sobre a questão sempre espinhosa de lidar com as fontes que desejam confidencialidade. Parte dele diz o seguinte:

"Um repórter que promete confidencialidade a uma fonte não deve violar essa promessa. Caso um editor solicite ao repórter a identidade de uma fonte, o repórter deverá informar a fonte solicitada pelo editor. Caso a fonte deseje que sua identidade não seja informada ao editor, o repórter e o editor deverão decidir se devem ou não utilizar a informação, muito embora a identidade da fonte permaneça conhecida apenas do repórter".

Independência Editorial

The Kansas City Star (Missouri) é um dos poucos jornais da nossa pesquisa a tratar de possíveis tensões entre os papéis dos lados editorial e comercial do jornal. Em seu capítulo de conflitos de

interesse do código de ética, a política diz o seguinte:

"Mantenha uma linha clara entre a publicidade e o jornalismo. Estamos especialmente convidando como alvos de ameaças a remoção de publicidade se não escrevermos reportagens positivas. Em casos de seções especiais produzidas pelo departamento editorial, os editores exercerão julgamento independente sobre o conteúdo".

A política de ética da redação do *Statesman Journal* de Salem, Oregon, tem algo a dizer sobre a independência jornalística em uma era de novas abordagens das conexões entre repórter e comunidade.

"Tenha cuidado ao cooperar com o governo e outras instituições sobre projetos de jornalismo público. Muitas vezes, esses esforços valem a pena, no interesse dos leitores. Mas também podem comprometer nossa independência".

Questões de Diversidade e Identificação Racial

Uma das questões mais desafiadoras enfrentadas pelos jornais é lidar com questões de diversidade, incluindo o uso da raça como identificador em reportagens e assuntos de estereótipo racial. Apenas cinco dos 33 jornais aborda esta questão em seus códigos.

O *Journal News* de White Plains tem abordagem mais detalhada nos seus "Padrões de Conduta Profissional" para jornalistas
:

Não descreva uma pessoa pela sua raça, religião ou antecedentes étnicos, a menos que seja pertinente para a reportagem. Não mencione gracejos ou difamações raciais, étnicas ou religiosas, a menos que seja essencial para a reportagem (raramente o serão).

Nas descrições de suspeitos de crimes, não utilize caracterizações étnicas ou raciais, a menos que sejam parte de uma descrição razoavelmente completa de um suspeito fugitivo que possa ajudar de alguma forma o público, auxiliando a polícia.

Seja especialmente sensível com nuanças da utilização de qualquer referência que possa ser ofensiva a um grupo minoritário. Se houver alternativas inofensivas, utilize-as.

Reportagens, ilustrações e fotografias deverão ser dirigidas a todo o público; ou seja, deve-se realizar um esforço para incluir a representação das minorias de formas rotineiras, para que nossa cobertura jornalística reflita de forma mais precisa a composição das comunidades que cobrimos.

Seja cauteloso com estereótipos raciais em fotografias.

Colocação em prática

Dos 33 códigos que examinamos, muitos não abordam a colocação em prática. Dentre os que o fazem, o tratamento geralmente é breve e geral. Muitos dos códigos contêm alguma referência ao fato de que nenhum código pode antecipar todos os problemas, sugerindo a necessidade de consultar os supervisores sempre que surgir um problema potencial. Entretanto, poucos descrevem um processo sistemático de apresentação de queixa ou resolução de conflitos.

O código de ética do *The Dallas Morning News* (Texas) afirma meramente que "a violação de algumas orientações poderá resultar em ações disciplinares ou demissão".

The News Journal, de Wilmington, Delaware, é o mais extenso no tratamento da colocação do seu código em prática. Ele inclui sete pontos específicos, um dos quais conclama um conceito de código de honra: "É obrigação dos funcionários apresentar qualquer violação deste código ao supervisor ou ao editor."

Os Códigos e a Credibilidade

Embora todos os 33 códigos que examinamos abordem padrões específicos de comportamento

individual, geralmente em termos negativos "não o farás", somente metade deles utiliza termos positivos para enunciar claramente os papéis dos jornalistas, suas obrigações morais e responsabilidades profissionais.

Esse tom de luz vermelha enfatizando as restrições, ao contrário do tom de luz verde que enfatiza as obrigações e responsabilidades, pode proteger o jornal em alguns pontos, apenas para deixá-lo vulnerável em outros. Podemos apenas inferir, a partir da leitura dos códigos, quantas redações possuem um processo em bom funcionamento de tomada de decisões. Mas, se a nossa leitura for correta, parece que, na maior parte dessas redações e pelo menos sobre as questões tratadas nesses códigos, a solução para os dilemas éticos recai muito mais na obediência a um livro de normas e à voz oficial dos superiores e menos no pensamento crítico, discussão com os colegas e protocolos eficazes de tomada de decisões.

Os estudiosos da ética gostam de afirmar que a confiança nos códigos é a metade do caminho entre a devoção visceral a instintos animais e a aplicação de raciocínio e reflexão ética. De fato, a obediência cega a normas codificadas está lado a lado com a obediência cega a uma autoridade ou a uma tradição inquestionável. Na melhor das hipóteses, os códigos nos transferem de comportamentos dogmáticos em direção a comportamentos racionais com base no conhecimento de eras. Os códigos não são a panacéia para todos os dilemas éticos do jornalismo ou de qualquer outro ramo, nem são a solução da crise de credibilidade.

Como escrevemos em *Quill*, a revista oficial da Sociedade de Jornalistas Profissionais, após a Sociedade revisar seu código em 1996: "Códigos escritos cuidadosamente ressaltam e antecipam dilemas éticos, de forma que não temos todos que reinventar um processo de tomada de decisões a cada vez que enfrentamos um novo dilema; eles nos inspiram sobre nossos papéis e responsabilidades exclusivas; eles nos tornam depositários dos valores e comportamentos da nossa profissão; eles promovem tomada de decisões pró-ativas e antecipadas, antes que nossas decisões possam ir a público".

Copyright (c) 1999, Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais

Robert Steele é diretor do programa ético do Instituto Poynter em St. Petersburg, Flórida. Jay Black é o titular da cadeira Poynter-Jamison de Ética nos Meios de Comunicação na Universidade do Sul da Flórida, St. Petersburg.

recursos adicionais

Bibliografia

LIVROS, DOCUMENTOS E ARTIGOS SOBRE QUESTÕES JORNALÍSTICAS

Allan, Stuart
NEWS CULTURE (A Cultura das Notícias)
Open University Press, 1999, 229 p.

Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais
ASNE STATEMENT OF PRINCIPLES (Declaração de Princípios da ASNE)
A Sociedade, 1975
Disponível no endereço
http://www.asne.org/kiosk/archive/principl.htm

Cook, Timothy E.
GOVERNING WITH THE NEWS: THE NEWS MEDIA AS A POLITICAL INSTITUTION (Como Governar com as Notícias: Os Meios Noticiosos como Instituição Política)
University of Chicago Press, 1998, 264 págs.

Corrigan, Don H.
THE PUBLIC JOURNALISM MOVEMENT IN AMERICA: EVANGELISTS IN THE NEWSROOM (O Movimento do Jornalismo Público na América: Os Evangélicos na Redação)
Greenwood Publishing, 1999, 256 págs.

Creech, Kenneth C.
ELECTRONIC MEDIA LAW AND REGULATION (Leis e Regulamentações dos Meios de Comunicação Eletrônicos)
Butterworth-Heinemann, 3ª edição, 1999, 336 págs.

de Burgh, Hugo, editor
INVESTIGATIVE JOURNALISM: CONTEXT AND PRACTICE (O Jornalismo Investigativo: Contexto e Prática)
Routledge, 2000, 336 págs.

Greenwald, Marilyn eJoseph Bernt, editores
THE BIG CHILL: INVESTIGATIVE REPORTING IN THE CURRENT MEDIA ENVIRONMENT (O Grande Calafrio: Reportagens Investigativas no Ambiente Atual dos Meios de Comunicação)
Iowa State University Press, 1999, 280 págs.

Hachten, William A.
THE TROUBLES OF JOURNALISM: A CRITICAL LOOK AT WHAT'S RIGHT AND WRONG WITH THE PRESS (Os Problemas do Jornalismo: Visão Crítica do que é Certo e Errado com a Imprensa)
Lawrence Erlbaum Associates, 2ª edição, 2001, 208 págs.

Moore, Roy L.
MASS COMMUNICATION LAW AND ETHICS (Leis e Ética dos Meios de Comunicação de Massa)
Lawrence Erlbaum Associates, 2ª edição, 1999, 696 págs.

Pritchard, David Hemmings, editor
HOLDING THE MEDIA ACCOUNTABLE: CITIZENS, ETHICS AND THE LAW (Mantendo a Responsabilidade dos Meios de Comunicação: Cidadãos, Ética e a Legislação)
Indiana University Press, 2000, 240 págs.

Associação de Diretores de Jornalismo no Rádio e Televisão
CODE OF ETHICS AND PROFESSIONAL CONDUCT (Código de Ética e Conduta Profissional)
A Associação, 2000
Disponível no endereço
http://www.rtnda.org/ethics/coe.shtml

Comissão dos Repórteres para a Liberdade de Imprensa
THE FIRST AMENDMENT HANDBOOK (Manual da Primeira Emenda)
A Comissão, 1999
Disponível no endereço
http://www.rcfp.org/handbook/viewpage.cgi

Smith, Ron F.
GROPING FOR ETHICS IN JOURNALISM (Em Busca da Ética no Jornalismo)
Iowa State University Press, 4ª edição, 1999, 382 págs.

Sociedade de Jornalistas Profissionais
SPJ CODE OF ETHICS (Código de Ética da SPJ)
A Sociedade, 1996
Disponível no endereço http://spj.org/ethics/code.htm

Sparks, Colin e John Tulloch, editores
TABLOID TALES: GLOBAL DEBATES OVER MEDIA STANDARDS (Histórias dos Tablóides: Debates Globais sobre os Padrões dos Meios de Comunicação)
Rowman and Littlefield, 2000, 315 págs.

ARTIGOS

Bugeja, Michael
ETHICS ARE LIVED, NOT LEARNED (Ética se Vive, não se Aprende)
Quill, Vol. 88, No. 3, abril de 2000, págs. 15-17

Garcia, Jason
ETHICS HOTLINE (Os Limites da Ética)
American Journalism Review, Vol. 23,
No. 2, março de 2001, pág. 17

Jennings, Marianne
IN SEARCH OF JOURNALISTIC ETHICS (Em Busca da Ética Jornalística
USA Today, Vol. 129, No. 2662, julho de 2000, págs. 56-57

Kelly, Missy
ETHICAL CHALLENGES IN ONLINE NEWS (Desafios Éticos no Jornalismo Online)
World & I, Vol. 15, No. 10, outubro de 2000, págs. 64-69

LaMont, Sanders
LISTENING TO READERS: LENDING AN EAR (Como Ouvir os Leitores: Emprestar um Ouvido)
The American Editor, No. 803, setembro de 1999, págs. 4+

Moses, Lucia
IS THERE A DOCTOR IN THE HOUSE? INCREASINGLY, NEWSPAPERS CALL ON OMBUDSMEN TO CURE WHAT AILS THEM (Há um Médico na Casa? Cada vez mais, os Jornais Buscam Ombudsmen para Curar o que os Aflige)
Editor & Publisher, Vol. 133, No. 2, 10 de janeiro de 2000, págs. 22-26

Robertson, Lori
ETHICALLY CHALLENGED (Desafios Éticos)
American Journalism Review, Vol. 23, No. 2, março de 2001, págs. 20-29

Steele, Bob, and Black, Jay
CAN YOU IMPROVE YOUR CODE OF ETHICS? (OR CREATE A GOOD CODE IF YOU DON'T HAVE ONE?) – Você Pode Melhorar seu Código de Ética (ou Criar um Bom Caso não o Tenha?)
The American Editor, No. 798, fevereiro de 1999, págs. 4-9

Trigoboff, Dan
NEWS RULES (Regras Jornalísticas)
Broadcasting & Cable, Vol. 130, No. 38, 11 de setembro de 2000, págs. 52, 54

Voakes, Paul
CIVIC DUTIES: NEWSPAPER JOURNALISTS' VIEWS ON PUBLIC JOURNALISM (Deveres Cívicos: Opiniões dos Jornalistas de Jornais Impressos sobre o Jornalismo Público)
Journalism and Mass Communication Quarterly, Vol. 76, No. 4, inverno de 1999, págs. 756-774

Zacchino, Narda
READERS NOTICE ETHICAL LAPSES (Leitores Notam Desvios Éticos)
Quill, Vol. 88, No. 4, maio de 2000, págs. 28-29

Recursos Selecionados na Internet

Relação de sites da Internet que oferecem informações adicionais sobre organizações de meios de comunicação e grupos de jornalistas

Sociedade Norte-Americana de Editores de Jornais
ASNE é a principal organização de editores de jornais diários das Américas.
http://www.asne.org

Comitê Protetor de Jornalistas
CPJ é uma organização apartidária e sem fins lucrativos dedicada à defesa global da liberdade de imprensa.
http://www.cpj.org

Facsnet
Facsnet dedica-se a aprimorar a qualidade da informação que chega ao público através das notícias e fornecer programas educativos, publicações e recursos "on-line".
http://www.facsnet.org

Fórum da Liberdade
O Fórum da Liberdade é uma fundação internacional apartidária, dedicada à liberdade de imprensa e de expressão.
http://www.freedomforum.org

Instituto Internacional de Imprensa
O Instituto Internacional de Imprensa é uma rede global de jornalistas, editores e executivos dos meios de comunicação, dedicada à liberdade de imprensa e a aprimorar os padrões e práticas do jornalismo.
http://www.freemedia.at/index1.html

Investigative Reporters and Editors, Inc.
IRE trabalha para manter altos padrões profissionais e proporcionar serviços educacionais aos repórteres, editores e outros interessados no jornalismo investigativo.
http://www.ire.org

Associação Norte-Americana de Jornais
Portal da Internet para ampla variedade de Web sites de jornais norte-americanos e internacionais, revistas semanais de informação, publicações financeiras e fontes alternativas de notícias.
http://www.naa.org/hotlinks

Organização dos Ombudsmen de Notícias
ONO é uma organização internacional sem fins lucrativos, dedicada a manter contato entre os "ombudsmen" de notícias em todo o mundo.
http://www.infi.net/ono

Centro Pew de Jornalismo Cívico
Centro de esforços jornalísticos inovadores, que lutam para criar e aperfeiçoar melhores formas de relatar as notícias, a fim de engajar os cidadãos na vida comunitária.
http://www.pewcenter.org

Centro Pew de Pesquisa para Pessoas e a Imprensa
Grupo independente de pesquisa de opinião, financiado pela Fundação Assistencial Pew, que estuda as reações do público em relação à imprensa, aos políticos e questões de política pública.
http://www.people-press.org

Instituto Poynter
O Instituto Poynter é uma escola para jornalistas, dedicada à promoção da excelência e integridade no trabalho e liderança de empresas jornalísticas bem sucedidas.
http://www.poynter.org

Associação de Diretores de Jornalismo de Rádio e Televisão
RTNDA é uma associação para jornalistas eletrônicos. Em cooperação com a Fundação de Diretores de Notícias de Rádio e Televisão, RTNDA promove a excelência no jornalismo eletrônico por meio de pesquisa, educação e treinamento de profissionais e estudantes de jornalismo.
http://www.rtnda.org

Comissão dos Repórteres pela Liberdade de Imprensa
Organização sem fins lucrativos destinada a fornecer auxílio legal a jornalistas e organizações noticiosas.
http://www.rcfp.org

Sociedade de Jornalistas Profissionais
A Sociedade de Jornalistas Profissionais é a maior e mais ampla organização jornalística dos Estados Unidos, dedicada a encorajar a livre prática do jornalismo e estimular altos padrões de comportamento ético.
http://www.spj.org

questões globais

A Ética e os Meios de Comunicação

Publicação Eletrônica do Departamento de Estado dos Estados Unidos • Abril de 2001, Vol. 6, Nº 1